

# **RELAÇÕES ENTRE O TRABALHO E A SAÚDE DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL**

Relatório final do  
Projeto “Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos  
professores de Educação Básica no Brasil”

Leda Leal Ferreira  
FUNDACENTRO  
São Paulo, abril de 2010

## Índice

I- Introdução .....	3
II- Principais resultados das Análises Coletivas do Trabalho de professores da Educação Básica .....	5
Diferenças .....	6
Semelhanças .....	8
III- Pistas para um quadro explicativo.....	12
O trabalho visto como atividade.....	12
O trabalho visto como emprego.....	15
O trabalho dos professores no Sistema Escolar.....	17
Um olhar histórico .....	20
A centralidade do trabalho e a saúde mental dos professores .....	24
IV- Considerações finais .....	29
V- Bibliografia.....	32
Anexo 1: Desenvolvimento da Análise Coletiva do Trabalho neste projeto.....	35
Anexo 2- Lista de municípios nos quais os professores participantes lecionavam, com algumas informações .....	40
Anexo 3: Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas segundo o nível de ensino, no Brasil e em seis estados e suas capitais.....	41
Anexo 4- As obras do levantamento bibliográfico, com destaque (asterisco* no final) para as que foram resenhadas, no Estado da Arte .....	47

## I- Introdução

Quando assumiu a presidência da FUNDACENTRO, em janeiro de 2004, a professora Rosiver Pavan procurou saber se a instituição já tinha realizado pesquisas sobre a categoria dos professores. Diante de uma resposta negativa, resolveu propor um estudo sobre professores da Educação Básica e me convidou para coordená-lo tecnicamente. Professora e ex-dirigente sindical desta categoria, ela sabia que os professores estavam com vários problemas de saúde em decorrência de seu trabalho e considerava que a FUNDACENTRO - a única entidade do governo federal voltada à pesquisa sobre saúde e segurança no trabalho- deveria incluir a categoria dos professores na sua agenda. Aceitei a idéia e começamos a elaborar um projeto, procurando parcerias para viabilizá-lo técnica, financeira e politicamente. Depois de muitos encontros e discussões, finalmente chegamos a uma proposta, denominada **“Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores<sup>1</sup> de Educação Básica no Brasil”**, composta de dois grandes eixos:

- a elaboração do Estado da Arte contendo um levantamento da produção bibliográfica brasileira sobre o assunto e uma análise crítica desta produção;
- a realização de uma pesquisa de campo, junto a professores exercendo a profissão nas mais diversas situações, para compreender como era o seu trabalho, através do método Análise Coletiva do Trabalho (ACT)

A proposta foi aprovada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC) que ajudou a financiá-la e em setembro de 2005 o projeto se iniciou.

Vários resultados deste projeto já estão publicados. Assim, o Estado da Arte gerou uma publicação eletrônica<sup>2</sup> contendo os resumos de 65 obras produzidas no Brasil no período de 1997 a 2006 e selecionadas de uma lista mais extensa de publicações (Anexo 4) e uma análise crítica do material levantado. Esta etapa da pesquisa foi realizada por

---

<sup>1</sup> Vamos usar o termo professor para nos referirmos a homens e mulheres cujo trabalho é ensinar/educar pessoas, sejam elas crianças ou adultos, em escolas.

<sup>2</sup> Condições de trabalho e suas repercussões na saúde dos professores da Educação Básica no Brasil- Estado da Arte. Disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br), publicações eletrônicas

pesquisadores da Faculdade de Educação da UNICAMP, São Paulo<sup>3</sup> sob a coordenação das professoras Márcia de Paula Leite e Aparecida Neri de Souza.

Igualmente publicados foram os resultados regionais das Análises Coletivas do Trabalho com os professores, em forma de seis livros, uma para cada um dos estados em que o projeto foi realizado, ou seja, Piauí e Bahia, na Região Nordeste; Mato Grosso do Sul, na Região Centro – Oeste; Pará, na Região Norte; São Paulo, na Região Sudeste e Rio Grande do Sul, na Região Sul. Estes estudos foram realizados por pesquisadores da FUNDACENTRO e de outras instituições, sob a coordenação da FUNDACENTRO (ver como se desenvolveu a ACT e a lista dos participantes no Anexo 3).

O projeto inicial também previa a elaboração de um texto consolidando as informações dos dois grandes eixos da pesquisas. É este texto que estamos aqui apresentando. Nele, não pretendemos repetir o que foi mostrado nos resultados já publicados. Nosso objetivo agora é tentar interpretar os achados de nossas pesquisas empíricas tentando dar-lhes unidade e coerência e levantando novas questões. Mas, antes disso, para que os leitores compreendam do que estamos falando, primeiramente vamos retomar os principais resultados das Análises Coletivas do Trabalho.

---

<sup>3</sup> Licitação realizada em 11/12/2006, através da carta convite Fundacentro 002/2006.

## **II- Principais resultados das Análises Coletivas do Trabalho de professores da Educação Básica**

De 2005 a 2009, ouvimos centenas de professores pelo Brasil afora (ver Anexo 2 com a lista dos municípios onde os participantes lecionavam). Queríamos saber como era o seu trabalho, apostando que assim poderíamos compreender porque os professores adoeciam como mostram vários estudos acadêmicos, muitos dos quais feitos a partir de denúncias e preocupações sindicais.

O método que usamos denomina-se Análise Coletiva do Trabalho (ACT). É um método de análise do trabalho no qual são os próprios trabalhadores que analisam o seu trabalho. A análise acontece em reuniões de grupo de trabalhadores, voluntários, fora do local e dos horários de trabalho, na presença de pesquisadores e se desenvolve a partir das respostas dadas à pergunta condutora *o que você faz no seu trabalho?* A regra geral é que todos os participantes compreendam o trabalho que está sendo analisado (ver Anexo 1 sobre o desenvolvimento das ACTs neste projeto).

A ACT se revelou um método potente. Para responder à questão condutora os professores descreveram o seu dia a dia de trabalho, dentro e fora das escolas, e explicaram o sentido de cada atividade que realizavam. Além disso, como a análise era coletiva, compararam suas experiências e destacaram seus pontos comuns ou diferentes, bons ou maus. E para interpretar uma determinada situação ou uma determinada atividade, muitas vezes se reportaram ao passado, mostrando o quanto são importantes referências históricas para compreendermos uma situação atual.

Ao tentar fazer um resumo dos principais resultados de todas as reuniões, constatamos que, se compararmos o trabalho dos professores, encontrarmos diferenças e semelhanças.

## **Diferenças**

As diferenças são decorrentes da diversidade das situações em que trabalham. O próprio conceito de Educação Básica (EB) encerra uma grande diversidade de situações, pois compreende todos os níveis e modalidades de ensino exceto a Educação Superior (ES), ou seja, a Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (séries iniciais e séries finais) e o Ensino Médio. Isto, no ensino regular porque também é considerada Educação Básica a Educação Especial, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e o Ensino Profissional. A idade dos alunos e o nível de ensino influenciam muito o trabalho dos professores, pois trabalhar com adolescentes é diferente de trabalhar com adultos ou com crianças; trabalhar alfabetizando adultos é diferente de trabalhar em cursos pré vestibular com adolescentes, etc.

O segundo motivo de diversidade das situações de trabalho dos professores é que a Educação Básica existe em todos os 26 estados e no Distrito Federal e em todos os 5.564 municípios do Brasil. Os professores talvez sejam a profissão mais espalhada e difundida que exista no país<sup>4</sup>. Como o Brasil é um país de dimensões continentais e com grande diversidade cultural e geográfica, as situações de trabalho dos professores são as mais diferentes possíveis. Por exemplo, em municípios do Pantanal do Mato Grosso do Sul, muitas escolas só tem aulas durante três dias por semana devido ao seu difícil acesso por parte de professores e alunos. No Pará, muitos professores se locomovem de barcos para ir às comunidades ribeirinhas e no Mato Grosso do Sul, como em vários outros estados, há escolas indígenas com professores bilíngües.

Além desta diversidade regional, temos as enormes desigualdades sócio-econômicas, que teimam em continuar caracterizando nosso país. Em todas as regiões, principalmente nas capitais de estados, encontramos algumas poucas escolas freqüentadas por alunos de altíssimo poder aquisitivo, onde não lhes falta nada, como em qualquer escola de países desenvolvidos e escolas em que falta tudo, desde boas instalações até material didático e, às vezes, até merenda para os alunos. Na zona rural, encontramos professores que dão aulas no sistema multisseriado, onde alunos de

---

<sup>4</sup> É também uma das mais numerosas. Não sabemos ao certo quantos são os professores de EB mas as estimativas vão de 1 milhão e novecentos mil (MEC/INEP, Censo Escolar, 2007) a quase 2 milhões e oitocentas mil pessoas (IBGE/PNAD, 2008).

diversas séries se concentram em uma só sala e os professores têm que se superar para atender a todos e lhes passar conteúdos próprios da sua série. As desigualdades sócio-econômicas foram os fatores que mais diferenciaram o trabalho dos professores.

O terceiro motivo da variedade de situações de trabalho dos professores é que, em nosso país, a Educação Básica pode ser pública (municipal, estadual ou federal) ou privada (escolas particulares em sentido estrito, comunitárias, confessionais e filantrópicas) <sup>5</sup>. (ver anexo 3 com a distribuição dos alunos matriculados na rede pública e na rede particular, no Brasil e nos estados pesquisados). Com administrações diferentes, as regras que regem a profissão e os direitos dos professores também são diferentes. No ensino público, cada estado e cada município têm suas regras próprias para estabelecer as formas de ingresso na carreira, os planos de cargos e salários e os direitos trabalhistas e previdenciários dos professores. Um fato que nos chamou atenção em todos os seis estados foi a grande presença de professores com contratos temporários trabalhando ao lado de professores efetivos nas redes públicas. Diferentemente dos efetivos, os professores temporários não ingressam no serviço público por concursos públicos e podem ser demitidos a qualquer momento. Suas denominações variam: no estado de São Paulo, eles se chamavam OFAS (ocupantes de função atividade) e representavam quase a metade dos professores estaduais. Havia OFAS que eram temporários há anos! Já no Mato Grosso do Sul, os professores temporários se denominavam “convocados”, enquanto no Rio Grande do Sul, na Bahia, no Pará eram os “contratados”. A situação dos professores temporários é muito vulnerável e, por medo de perder o emprego, se sujeitam a muitas coisas que os efetivos não aceitam. Já o emprego no setor privado é regido pelas Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho assinados pelos sindicatos de professores e os sindicatos dos donos de estabelecimentos de ensino. Também aí encontramos variedades: professores registrados que trabalhavam em escola que respeitavam os acordos convivendo com professores que nem eram registrados ou o eram com funções diferentes das que realmente exerciam, e assim não podiam gozar de todos os direitos da categoria. Uma conceituada escola da capital de São Paulo, por

---

<sup>5</sup> É interessante notar que o que acontece na Educação Básica é o contrário do que acontece na Educação Superior: enquanto na EB a maioria dos alunos freqüenta escola públicas (cerca de 85%) no Ensino Superior a maioria dos alunos (cerca de 85%) freqüenta escolas privadas. Outra diferença: enquanto na EB pública as escolas são, na sua maioria, estaduais ou municipais, no ES público, as escolas são, na maioria, federais.

exemplo, registrava alguns professores como “recreacionistas”, para não lhes pagar o salário dos professores.

Estas inúmeras diferenças influenciam o modo como os professores enfrentam o seu trabalho e também o que este trabalho provoca neles. Neste sentido, os professores que nos pareceram mais sofridos foram os que trabalhavam em bairros violentos da periferia da cidade de São Paulo e que conviviam diariamente com situação de violência, fora e dentro da sala de aula; e os que nos pareceram mais satisfeitos foram os que trabalhavam em escolas rurais, no Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA em Belém) e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST em São Paulo), porque se sentiam mais respeitados por seus alunos e mais úteis.

## **Semelhanças**

Entretanto, ao mesmo tempo em que encontramos estas diferenças, encontramos também muitos pontos em comum ao trabalho de todos (ou pelo menos da maioria) dos professores. Entre eles, destacamos os seguintes, que nos pareceram mais significativos:

1º- o trabalho do professor é muito mais do que dar aulas. Os professores começam a trabalhar muito antes das aulas porque têm que planejá-las e prepará-las e terminam muito depois das aulas, porque têm que fazer avaliações e prestar contas do que fizeram, para as escolas ou para os pais ou responsáveis dos alunos, sob a forma de preenchimento de registros, formulários, cadernetas e da participação em reuniões, muitas vezes fora do horário de trabalho. Essas atividades tomam tempo, obrigando-os a fazer trabalhos em casa, nos momentos que deveriam ser de lazer, o que diminui o tempo que têm para si próprios, para suas famílias e para outras atividades. É um trabalho sem limites: não termina ao fim da jornada, mas invade toda a vida do professor.

2º- os professores estão exercendo funções que ultrapassam as funções de aprendizado. Em todos os lugares, ouvimos que eles são pais/mães, médicos, enfermeiros, psicólogos, padres/pastores, pacificadores, conselheiros, assistentes sociais, além de professores. Segundo eles, isso acontece porque as famílias se ocupam pouco com os

filhos e delegam à escola toda responsabilidade de educá-los. A maioria dos professores disse que os alunos (principalmente os adolescentes) não têm limites, não respeitam o professor e que, para que a aula ocorra, eles precisam ensinar estes limites exercendo papéis que não são deles. A falta nas escolas de funcionários como coordenadores, enfermeiros, auxiliares também contribui para os múltiplos papéis porque exige que os professores, além de fazer o seu trabalho, tenha que fazer o trabalho dos ausentes.

3º- os professores têm dúvidas sobre o seu papel atual, que não é mais o mesmo de antigamente e ainda não está bem claro. Presenciamos grandes debates, inconclusivos, sobre se o ensino deve ser prazeroso ou não, privilegiar o conteúdo ou a participação, formar cidadãos ou “vencedores”. Muitos professores também se disseram perdidos com as várias teorias de educação e com as várias metodologias e práticas pedagógicas impostas pelas escolas, que mudam freqüentemente, sem condições de serem aplicadas.

4º- os professores estão trabalhando demais, seja porque têm muitos alunos em cada turma seja porque têm muitas turmas ou vários empregos. Em todas as regiões encontramos professores com vários empregos de professores, seja em várias escolas, em várias modalidades ou em várias redes e também com outros empregos. O motivo: os baixos salários. A criação recente do piso nacional para os professores da rede pública<sup>6</sup> é uma medida que deve ajudar a combater esse problema.

5º- a profissão de professor está desvalorizada, financeira e socialmente. Financeiramente, porque os salários estão baixos e são menores do que os pagos para profissionais com as mesmas qualificações, o que acontece tanto na rede pública como na rede privada. Os altos salários de profissionais que trabalham em escolas de elite são uma exceção<sup>7</sup>. Para alguns professores de escolas particulares está havendo uma proletarização da profissão. Mas também há uma desvalorização social. Ouvimos várias histórias que mostram um desprestígio da profissão, inclusive em pequenas cidades, como a de uma professora proveniente de uma pequena cidade do interior do Maranhão onde professor é considerado “a pior profissão”. Outro sinal da desvalorização da

---

<sup>6</sup> Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

<sup>7</sup> Por isso os professores reivindicam que o piso salarial nacional seja estendido também aos professores da rede privada.

profissão é a precarização do emprego: nas escolas públicas<sup>8</sup>, pela existência de grandes contingentes de professores sob o regime de temporários; e nas escolas privadas, porque muitos professores são registrados como tendo outras profissões, e, às vezes, nem são registrados e porque se usa e abusa do serviço de estagiários.

6º- o principal tema dos professores são os alunos. Os professores não só se ocupam como também se preocupam com seus alunos, dentro e fora da sala de aula. Para eles e por causa deles, aceitam trabalhar demais para preparar boas aulas e atividades interessantes, inventar novas atividades, descobrir estratégias para lidar com a indisciplina e fazer malabarismos para ganhar a sua atenção. Para os alunos e por causa deles os professores aceitam fazer coisas que ultrapassam as suas funções, como cuidar da sua saúde, comprar-lhes material escolar e até levá-los ao médico. Enfim, os alunos são a grande fonte de alegria e satisfação dos professores que ficam exultantes quando vem seu progresso, por sentirem que seu trabalho foi útil e o seu esforço valeu a pena. Mas são também os alunos os que mais preocupam e entristecem os professores, por sua indisciplina, por sua falta de respeito, por suas carências (econômicas e psicológicas), quando não conseguem progredir. E são também eles que os agredem, física e psicologicamente.

7 os dois principais problemas de saúde mencionados pelos professores confirmam o que é achado na literatura nacional e internacional sobre o assunto: os problemas de voz e os transtornos psicológicos. Os distúrbios da voz podem ser explicados pelo uso intenso, extenso e constante da voz, muitas vezes em condições desfavoráveis como calor ou frio intensos, mudanças súbitas de temperatura, presença de substâncias irritantes ou alergênicas no ambiente. O ruído é um dos problemas sérios: causado por salas mal localizadas, muitas vezes nas proximidades de outras fontes externas de ruído, como avenidas ou mercados, sem nenhuma proteção acústica, ou mal planejadas

---

<sup>8</sup>Na rede pública, apesar da obrigatoriedade legal da contratação de professores por concurso público, apenas 70% dos professores era estatutário e, entre os restantes 30%, mais de 60% não tinham carteira de trabalho assinada, a maioria deles atuando nas redes municipais de ensino. No setor privado, a porcentagem de professores sem carteira assinada era de 37%.(Informações fornecidas pelo pesquisador Marco Antonio Bussacos do Serviço de Estatística da Fundacentro, a partir de dados do PNAD 2007 e considerando a população de 10 anos ou mais com ocupação definida na semana de referência. Para a definição dos grupos ocupacionais, foi utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO na qual foram considerados 11 subgrupos)

obrigam o professor a falar sempre mais alto, o que contribui para as alterações de voz. Trabalhar com turmas muito numerosas e/ou com diversas turmas só aumenta o risco destas afecções. Quanto aos transtornos psicológicos, voltaremos ao assunto adiante.

Se não houve surpresas em relação a estes resultados, uma vez que cada um deles já tinha sido motivo de estudos específicos e pontuais (ver Anexo 4, com lista de publicações), o diferencial de nosso estudo foi compreender como os vários aspectos do trabalho interagem e o que este trabalho faz com os professores. Sua abrangência nacional e o fato de termos analisados situações bastante diferentes (ver anexo 1, sobre as condições em que se desenvolveu a ACT neste projeto), nos autoriza a generalizar alguns resultados, sempre com a cautela de não esquecer as especificidades locais, e a propor pistas para explicá-los. É o que faremos a seguir.

### **III- Pistas para um quadro explicativo**

Já havíamos adiantado em algumas publicações regionais que o trabalho tal qual nos foi descrito e analisado nas reuniões de ACT apresentava uma dupla natureza. De um lado, referia-se à atividade docente, ou seja, ao que é próprio e específico da atividade do professor: ensinar alunos. De outro lado, o trabalho aparecia como emprego de professor, relacionado à sua remuneração e aos vínculos empregatícios com seus empregadores, públicos ou privados. Defendíamos a tese de que, para melhor compreender como este trabalho era vivido pelos professores, o que significava para eles e seus efeitos na sua saúde, tínhamos que considerar estes dois lados do trabalho, separadamente e, sobretudo, na sua interação. Afinando um pouco nossa análise, percebemos que precisaríamos acrescentar uma nova dimensão ao nosso quadro explicativo: inserir o trabalho dos professores no Sistema Escolar e, além disso, não desprezar a evolução por que tem passado a profissão. O que nos propomos agora é explicitar melhor este quadro, apresentando mais esclarecimentos sobre cada um de seus elementos, e oferecendo pistas que os integrem, a serem ulteriormente desenvolvidas.

#### ***O trabalho visto como atividade***

Estamos chamando de “atividade” o que em cada trabalho é específico e se diferencia dos outros trabalhos. Como atividade, o trabalho do professor é diferente, por exemplo, do trabalho do médico ou do marceneiro: tem objetivos e objetos diferentes, utiliza instrumentos de trabalho diferentes, exige ações diferentes e mobiliza diferentemente as diferentes capacidades de quem o realiza, isto é, do corpo, da mente, das emoções e dos valores morais. A atividade é força de trabalho em ação, a parte subjetiva <sup>9</sup>do processo de produção. É a produção de um bem/serviço através da mobilização das potencialidades de quem trabalha. É importante ressaltar este caráter de mobilização geral das potencialidades do trabalhador para não confundir a atividade com atividade física. Quando realiza qualquer trabalho, o trabalhador faz uso de todas as suas potencialidades (mesmo que em graus variados): ele precisa conhecer seus objetivos,

---

<sup>9</sup> subjetiva na medida em que é a contribuição do sujeito ao mesmo.

objetos e instrumentos de trabalho para adequá-los entre si e às suas capacidades e nunca se limita à pura execução de uma tarefa. Por mais que o trabalho seja considerado intelectual, o corpo está sempre presente, assim como o pensamento está sempre presente, por mais que o trabalho seja considerado braçal. Do mesmo modo, a atividade desperta em quem trabalha sentimentos de satisfação e de insatisfação, relacionados à superação ou não das dificuldades encontradas, ao sentido deste trabalho e ao seu resultado final- belo ou não, útil ou não. E como não existe atividade de trabalho fora de um quadro coletivo, o grau e tipo dos relacionamentos que se estabelecem entre os diferentes atores do processo de produção, pares e hierarquia, mobilizam também os valores morais, através do julgamento sobre a justiça ou não destas relações. Assim, o que estamos chamando de atividade é um vasto campo, estudado por diferentes disciplinas e conceituado por diferentes autores<sup>10</sup>, cada um com ênfase em um de seus aspectos.

No caso dos professores, os verbos<sup>11</sup> que utilizaram para descrever seu trabalho já nos dão uma idéia desta múltipla mobilização de suas capacidades: Assim, antes da aula, os professores *planejam, preparam (a aula, o dia), escrevem, estudam, lêem, criam, separam, selecionam, procuram ou produzem materiais didáticos (textos, exercícios, filmes ilustrações, músicas)*. Na aula, sua atividade se desdobra em três: a de *cativar* os alunos, para prender a sua atenção, a de *controlar seu comportamento* e finalmente a de *ensinar algum conteúdo*. Para *cativar* os alunos, eles *brincam e conversam* com eles, procuram *conhecê-los pelos nomes, alegrá-los, animá-los, ouvi-los, estimulá-los, convencê-los; trabalham sua auto-estima, contam piadas, tomam cuidado para não repetir atividades*. Para *controlar seu comportamento*, *controlam a saída e entrada, fazem chamada, ensinam o que pode ou não pode, fazem combinados, estabelecem regras, pedem silêncio, chamam a atenção, dão lição de moral, colocam o aluno para fora da sala, fazem sermão*. Finalmente, em termos da transmissão de um conteúdo específico, eles *falam, perguntam, orientam, expõem, ensinam, explicam, consertam, sistematizam, problematizam, interpretam, inventam, criam, avaliam, discutem, propõem atividades, mostram relações, analisam (textos, problemas sociais), fazem*

---

<sup>10</sup> Os conceitos de “trabalho concreto”, “trabalho útil” e “trabalho vivo”, tal como usados por Marx; os conceitos de “trabalho real” e “trabalho prescrito” desenvolvidos pela escola de ergonomia de Wisner o conceito de “trabalho efetivo” como tem sido usado ultimamente por Dejours e o de “atividade” de Clot e de Schwartz são conceitos pertinentes a este campo que estamos chamando da “atividade do trabalho”(ver bibliografia).

<sup>11</sup> grafamos em itálico todas as palavras tiradas diretamente do discurso dos professores.

*teatro, passam exercícios, produzem debates. Tudo isto sempre com habilidade política para lidar com os alunos, tomando cuidado com o que falam, evitando tocar no aluno, fazendo e refazendo um trabalho de conscientização todo o dia, negociando com eles, percebendo as diferenças ou as dificuldades, respeitando a dinâmica de cada um, não aumentando o seu tom de voz em nada, não chamando atenção do adolescente na frente do grupo, conhecendo os alunos. Sua atividade ainda continua após as aulas onde eles corrigem (provas, exercícios, redação), colocam notas, emitem conceitos, preenchem registros (planilhas, cadernetas, diários), participam de reuniões, conversam com os pais.*

É também o estudo da atividade que nos ajuda a compreender as diferenças entre, por exemplo, o trabalho de professores da Educação Infantil e do Ensino Médio: as idades diferentes de seus alunos engendram práticas diferentes, adaptadas às características etárias dos mesmos e ao seu grau de aceitação de determinados conteúdos e comportamentos. Com os pequenos, a atividade dos professores vai mais para o lado dos cuidados e do encorajamento de determinados comportamentos, ou da “maternagem”<sup>12</sup>. Eles *observam a criança, brincam com ela, contam histórias, dão comida, pegam no colo, dão banho*. Já entre os jovens que frequentam o Ensino Profissional, esta atividade é mais no sentido de inculcar uma prática, um “aprendizado”. E no caso dos jovens do EM, se concentra na transmissão de conhecimentos considerados válidos para sua passagem para a universidade, ou “ensino”.

É também através do estudo da atividade que compreendemos melhor porque os alunos (“objeto” e “resultado” de trabalho dos professores) são o principal tema nas reuniões de Análise Coletiva do Trabalho. Sendo o trabalho dos professores uma atividade cujo centro são as relações que se estabelecem com os alunos, todas as ações dos professores provocam reações nos alunos as quais, por sua vez, podem ser consideradas novas ações que provocam novas reações nos professores. E suscitam os mais variados sentimentos e afetos. *Eu tenho um sentimento muito contraditório, confuso. Eu gosto de meus alunos, quando os abraço é com carinho verdadeiro, mas não vejo a hora da aula acabar*, diz uma professora do Ensino Fundamental na Bahia. *Se eu ficar incomodada*

---

<sup>12</sup>Maternagem, aprendizado e ensino são diferentes práticas dos professores, segundo Barthes, in Roland Barthes, **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira, 2 edição, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

*com cada olhar com raiva que eles dão, eu me interno, fala outra professora, do ensino Médio em São Paulo. Tem o fator emocional, porque, se você não estiver espiritualmente bem preparada para enfrentar a sala de aula, aí você se estressa rápido. Você tem que estar sempre trabalhando o lado emocional, principalmente se você trabalha com adolescente,* diz uma professora do Ensino Médio do Piauí.

## **O trabalho visto como emprego**

Por mais valiosa que seja para a compreensão do trabalho, o estudo da atividade não é suficiente para compreendermos tudo o que este trabalho faz com os professores. As frases seguintes explicitam esta idéia. Diz uma professora: *eu adoro dar aulas, mas, quando vejo o salário no fim do mês, me bate uma tristeza...* E outra: *tive que modificar o meu trabalho até no que eu não acreditava porque era isso ou o emprego.* Estas duas frases mostram contradições. Na primeira, a contradição entre o prazer pela atividade e o sofrimento pelo baixo valor desta atividade, ou seja, o salário; na segunda, a contradição entre realizar uma atividade como acharia correto e o medo de, assim o fazendo, perder o emprego. Ambas apontam a necessidade de considerar, na nossa análise sobre o trabalho e as suas conseqüências em quem trabalha, uma outra dimensão, além da atividade, que mostre o papel da remuneração, isto é, do pagamento direto ou indireto que recebem em troca de sua atividade, e do emprego, condição para que haja remuneração. Na falta de uma denominação mais precisa, estamos chamando de emprego a esta outra dimensão, ou a este outro campo. Ele engloba os tipos de vínculos empregatícios existentes entre professores e seus empregadores, formais ou não, o valor de suas remunerações, diretas e indiretas, e as condições em que as mesmas são auferidas. A remuneração do trabalho, diferentemente da atividade, não diz respeito ao trabalho concreto realizado pelos professores. Professores com a mesma atividade de trabalho recebem rendimentos diferentes. E trabalhadores com atividades diferentes, como médicos ou marceneiros, podem receber a mesma remuneração que os professores.

No campo do emprego, professores com a mesma atividade se diferenciam entre os que trabalham na rede pública (e dentro dela, na esfera municipal, estadual ou federal) ou na rede particular (e dentro dela, em colégios de elite ou populares). Também se diferenciam em relação ao tipo de contrato que têm com seus empregadores: na rede pública, são estatutários ou contratados; na rede particular contratados com carteira assinada ou não, temporários, estagiários. Além disso, se diferenciam em relação à cobertura previdenciária que possuem ou não.<sup>13</sup> No campo do emprego, portanto, os professores não se distinguem das outras categorias: são trabalhadores e, como tais, submetidos às regras do mercado de trabalho.

Se não introduzirmos esta dimensão do emprego em nossa análise, teremos dificuldades para compreender alguns dos comportamentos que encontramos, como o fato de muitos professores terem vários empregos de professores (às vezes na rede privada e pública e em modalidades diferentes); ou se submeterem a exigências descabidas de seus empregadores, com medo de não o fazendo perderem o emprego (caso que pode atingir todos os professores da rede privada e os que não têm vínculos efetivos com o Estado na rede pública) ou perderem algumas conquistas previstas em Acordos Coletivos, como a matrícula de seus filhos em nas escolas particulares em que ensinam.

Os diferentes salários e os diferentes tipos de vínculos empregatícios têm relações diretas com a atividade: professores que recebem baixos salários e, por isso, procuram aumentar seus rendimentos com vários empregos têm menos tempo para se dedicar à sua profissão, menos tempo para acompanhar cada aluno, preparar suas aulas, mais dificuldades para se atualizar e melhorar seus conhecimentos. Professores com contratos temporários (da rede pública ou particular) têm menos possibilidade de se ausentarem do trabalho para cuidar de sua saúde quando estão doentes porque sua assiduidade é um dos critérios de promoção ou de manutenção do emprego. Muitos deles, portanto, continuam a trabalhar mesmo adoentados. Professores de escolas privadas, principalmente as que consideram as escolas um “negócio” com o único objetivo de dar

---

<sup>13</sup>Em 2007, cerca de 15% dos professores não dispunha de cobertura previdenciária (Informações fornecidas pelo pesquisador Marco Antonio Bussacos do Serviço de Estatística da Fundacentro, a partir de dados do PNAD 2007 e considerando a população de 10 anos ou mais com ocupação definida na semana de referência. Para a definição dos grupos ocupacionais, foi utilizada a Classificação Brasileira de Ocupações, CBO na qual foram considerados 11 subgrupos).

lucro, sofrem quando alunos insinuam que “estão lhe pagando”, como meio de intimidá-los.

Em resumo, a dimensão emprego é fundamental para compreendermos o trabalho e o que se passa com os professores.

## ***O trabalho dos professores no Sistema Escolar***

O trabalho dos professores tem uma especificidade que o diferencia de todos os demais: forma, ou contribuir para formar, a futura mão de obra de um país. Esta característica é suficientemente importante para justificar que acrescentemos à nossa análise uma nova dimensão: o Sistema Escolar.

Estamos chamando de Sistema Escolar (SE) um sistema institucionalizado (do qual as escolas fazem parte) responsável pela educação escolar formal dos membros de uma sociedade. Com uma estrutura própria, hierarquizada, diversos “agentes” (entre eles os professores) e regras próprias de funcionamento, é autônomo e, ao mesmo tempo, dependente da sociedade do qual faz parte, de modo que suas práticas refletem a estrutura das relações de classe desta sociedade. Cabe ao SE: definir as diferentes modalidades de ensino que oferece às diferentes parcelas da população<sup>14</sup>; a obrigatoriedade ou não de determinadas parcelas da população seguirem o ensino<sup>15</sup>; a formação necessária para o exercício das profissões relacionadas ao magistério<sup>16</sup>; a abertura ou não da rede de ensino à existência de escolas públicas e privadas; a responsabilidades dos diferentes entes públicos (municípios, estados e federação) no oferecimento das várias modalidades de ensino; as regras de financiamento da educação pública, as formas de fiscalização das escolas, o tipo de educação escolar, isto é, o conjunto de conhecimentos e valores culturais que devem ser inculcados nos alunos, as

---

<sup>14</sup> no Brasil, a Educação Básica e a Educação Superior e, na Educação Básica, a educação regular que compreende os níveis de Educação Infantil (creche e pré-escola), o Ensino Fundamental (oito primeiros anos e quatro últimos) e o Ensino Médio. A Educação Básica oferece também a Educação de Jovens e Adultos (EJA) a Educação Especial e o Ensino Profissionalizante.

<sup>15</sup> no Brasil, só o Ensino Fundamental é obrigatório.

<sup>16</sup> no Brasil, nível universitário para todos os professores da rede regular, com exceção dos que trabalham no Ensino Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental, que também podem ter o nível médio na modalidade Normal, conforme a LDB.

formas de avaliação do ensino e de seleção dos alunos. E finalmente, a outorga de certificados escolares ou diplomas<sup>17</sup> àqueles que cumprirem, nos diferentes níveis de ensino, os requisitos considerados necessários pelo próprio Sistema Escolar.

Esta característica do Sistema Escolar, de formar os futuros trabalhadores de um país, precisa ser analisada mais de perto. A formação se dá direta e indiretamente. Diretamente na medida em que, para o exercício de várias profissões, entre elas as que têm mais prestígio cultural/econômico (como médicos, advogados, magistrados, engenheiros, professores universitários), o diploma auferido pelo Sistema Escolar tem um peso decisivo. Não se pode exercer nenhuma delas sem o respectivo diploma universitário, obrigatoriamente precedido de diplomas de conclusão do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Indiretamente, porque quanto maior o número de anos passados nas escolas e chancelados também por diplomas escolares, mais o candidato a uma vaga de emprego é considerado qualificado<sup>18</sup> e, portanto, teoricamente, com mais chances de conseguir um emprego. Indiretamente, também porque, muito além dos conhecimentos, comportamentos e valores explicitamente inculcados pelo Sistema Escolar, os alunos aprendem com o próprio funcionamento do Sistema e da escola da qual fazem parte. O sistema de seleção, que elimina implacavelmente, apenas pela sua origem social, milhares de alunos da escola, e os estigmatiza como fracassados, os preconceitos explícitos e velados nas salas de aula, os tipos de valores propostos, as contradições entre o discurso de emancipação pela educação e as precárias condições reais da mesma, tudo isto contribui para formar (e deformar) os alunos e os acompanha muitas vezes por toda a vida.

Há, portanto, estreitas relações entre o Sistema Escolar e o mercado de trabalho. A tese que defendemos é que, no quadro destas relações, é o mercado de trabalho quem dá as cartas. Um mercado de trabalho que oferece empregos de baixa remuneração e de baixo interesse ou conteúdo tecnológico não necessita de uma mão de obra com alta escolaridade e não estimula o Sistema Escolar a formá-la. Em outras palavras, é o

---

<sup>17</sup> “os diplomas escolares são para o capital cultural o que a moeda é para o capital econômico [...]; à semelhança da moeda, têm um valor convencional, formal, juridicamente garantido, portanto, livre das limitações locais (diferentemente do capital cultural não certificado do ponto de vista escolar) e das flutuações temporais: o capital cultural que, de alguma forma ele garante de uma vez por todas, não tem necessidade de ser continuamente testado”. in Bourdieu, P. **A produção da crença, contribuição para uma economia de bens simbólicos**. Trad. Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2002.

<sup>18</sup> para o PNAD, o critério de qualificação é escolaridade.

mercado de trabalho que determina o sentido principal da relação e não o Sistema Escolar (exatamente o inverso da opinião que defende ser a educação a chave para a melhoria dos empregos). Sendo assim o conhecimento do mercado de trabalho de um país é indispensável para a compreensão do funcionamento do Sistema Escolar.

No caso brasileiro, as remunerações médias oferecidas pelo mercado de trabalho são bastante baixas: cerca de 2/3 das pessoas com dez anos ou mais de idade ocupadas receberam até dois salários mínimos (rendimento médio de R\$613,00) e apenas 0,7% das pessoas receberam mais de vinte salários mínimos (rendimento médio de R\$13.795,00) em 2008<sup>19</sup>. Isto significa que o mercado de trabalho oferece pouquíssimas vagas altamente remuneradas num conjunto mal remunerado, o que ajuda a compreender o comportamento das escolas e dos alunos. Nas poucas escolas particulares de elite a competição entre alunos é reforçada, até o paroxismo, desde os primeiros níveis de escolaridade e continua crescendo até a conquista de uma vaga entre as melhores universidades do país (em geral públicas) que dará direito a concorrer aos poucos empregos mais prestigiados e mais valorizados do mercado. Já na grande maioria das escolas, principalmente no Ensino Médio, o grau de interesse dos alunos nas aulas é baixo e, muitas vezes se limita a conseguir um diploma, sabidamente desvalorizado (uma vez que não dará acesso aos melhores empregos), mas, mesmo assim, importante na concorrência por uma vaga no mercado de trabalho. É exatamente a falta de atrativos no mercado de trabalho que explica outro fenômeno curioso: as altas taxas de desemprego entre os jovens com alta escolaridade<sup>20</sup> e o fenômeno da migração de cérebros, ou seja, a fuga para o exterior de milhares de jovens recém formados, em busca de empregos com mais alto grau de tecnologia e melhor remunerados.

Ora a falta de interesse dos alunos, principalmente a partir das últimas séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é uma das principais queixas dos professores. Eles se queixam de que seus esforços de preparar e ministrar aulas são desperdiçados porque os alunos não se interessam ou não os compreendem. E o sentido do seu trabalho se perde. Além disso, muitos se culpam por este desinteresse, colocando em dúvida sua competência. Este comportamento é, aliás, reforçado pelas próprias direções das

---

<sup>19</sup> PNAD 2008.

<sup>20</sup> Pochman, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

escolas, pelos pais dos alunos e repercutido pela mídia. A culpa pelo baixo interesse dos alunos e dos medíocres níveis de aproveitamento escolar é creditada, sem pudor, principal ou exclusivamente, na conta dos professores, o que os faz sofrer. Este sofrimento fica ainda mais forte quando os professores se vêem confrontados com as dificuldades que têm, por diversas razões, de pôr em prática os novos métodos de ensino que lhe são apresentados, às vezes de forma bastante superficial e que poderiam melhorar seus desempenhos.

Considerar que é a melhoria, quantitativa e qualitativa, do mercado de trabalho que vai impulsionar as mudanças no Sistema Escolar (e não o contrário) ajuda a explicar a dificuldade de se implementar medidas que valorizem o trabalho dos professores quando o mercado de trabalho está estagnado. Foi apenas em 2008 que o Governo Federal conseguiu estabelecer um piso nacional para os professores da Educação Básica (e só para a rede pública). Este piso, equivalente a R\$1.024,51<sup>21</sup> (em março de 2010), entretanto, ainda não fora adotado em vários estados como Goiás, Rondônia, Rio Grande do Sul e Tocantins<sup>22</sup>. Não sabemos quantos dos 5564 municípios brasileiros o adotam.

### ***Um olhar histórico***

O período no qual desenvolvemos nosso projeto de pesquisa coincidiu com importantes mudanças no país e no seu Sistema Escolar. Consolidou-se a tendência à universalização da Educação Básica iniciada há anos. Atualmente, a grande maioria das crianças está matriculada no Ensino Fundamental e porções crescentes de jovens, no Ensino Médio: são mais de 31 milhões de matrículas no EF e mais de 8 milhões no EM<sup>23</sup>. Também cresceu o número de professores<sup>24</sup>. A meta de ter todos os professores da Educação Básica com Ensino Superior, prevista na LDB de 1996<sup>25</sup>, fez com que milhares de professores buscassem esta qualificação de modo que a proporção de

---

<sup>21</sup> [www.observatoriodaeducacao.org.br](http://www.observatoriodaeducacao.org.br). acesso em 31/03/2010

<sup>22</sup> [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). acesso em 31/01/2010

<sup>23</sup> MEC/Inep, Censo escolar 2008

<sup>24</sup> passando de 2.419.925 em 2002 para 2.77.029 em 2007, conforme estimativas dos PNAD. Dados elaborados por Marco Antonio Bussacos, da Fundacentro.

<sup>25</sup> Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.

professores que ainda não tem curso superior dentre todos os professores vem caindo ano a ano, apesar de seu número absoluto continuar elevado: são mais de 860.000<sup>26</sup> num total de quase 2.800.000 professores<sup>27</sup>, a grande maioria deles atuando nas redes municipais. A instituição do piso salarial nacional para os professores de Educação Básica em 2008 foi outra grande mudança, tendo em vista que o salário da categoria, além de baixo em valor absoluto e em relação aos de outras categorias com igual capacitação, era muito desigual no Brasil afora, não alcançando em muitos municípios, o valor do salário mínimo.

Ao mesmo tempo, neste período, houve pela primeira vez na história do Brasil, uma combinação de crescimento econômico e de distribuição de rendas. As políticas governamentais, principalmente o aumento do salário mínimo e os programas sociais, tiraram da miséria milhões de brasileiros. Para muitos deles, a escola, que nunca fora nem uma perspectiva, passou a ser uma realidade. A entrada nas escolas de milhões de novos alunos e a presença de milhares de novos professores passou a exigir mudanças de práticas nas escolas e constitui grande desafio para o trabalho dos professores

Muitos dos professores mais antigos na profissão se mostraram saudosos dos tempos em que as relações entre professores e alunos eram mais autoritárias, em que os alunos eram mais respeitosos e temerosos. Muitos outros se queixaram do baixo nível de aprendizado dos seus alunos, principalmente quando comparados aos alunos de tempos atrás. Por outro lado, muitos professores não hesitaram em afirmar que seu trabalho tinha melhorado, tanto em relação ao que era como ao que tinha sido sua educação. Uma jovem professora rural na Bahia comparava sua educação, onde ainda havia o recurso da palmatória, com a educação que ela proporcionava aos seus alunos, sem castigos corporais. Também comparava as dificuldades que tivera em se educar, caminhando horas com uma cadeira até chegar à casa da professora, leiga, que lhe ensinava as primeiras letras em sua casa, com a situação atual dos seus alunos, que vão para uma escola de verdade, que a tem como professora formada e aos quais a merenda escolar é garantida. Muitos outros professores também se entusiasmavam com a perspectiva de contribuir para a emancipação de seus alunos através da educação e seus sofrimentos maiores eram não conseguir realizá-la, por falta de recursos e por ser uma

---

<sup>26</sup> Classificados como “professores leigos ou com Ensino Médio”.

<sup>27</sup> Estimativas feitas a partir de dados do PNAD 2008.

tarefa que ultrapassava suas forças. *O nosso maior sofrimento é querer e não conseguir fazer*, disse uma professora confrontada com classes superlotadas de uma escola pública situada perto de um presídio. Alunos violentos ou insubordinados tiravam o sono de muitos deles, não apenas pelo medo que sentiam mas, sobretudo, pela busca de uma explicação e de uma saída para mudar seus comportamentos, atribuídos a injustiças sociais ou, mais geralmente, à *deseestrutura familiar*.

E aí, chegamos num ponto importante: o papel quase unânime atribuído pelos professores aos pais ou responsáveis pelos alunos. Mesmo que muitos justifiquem, por falta de tempo e excesso de trabalho, os pais que não acompanham a vida escolar de seus filhos, é quase unânime a idéia de que os pais deveriam ajudar, ou no mínimo acompanhar as tarefas escolares de seus filhos. A educação escolar, portanto, teria, dois momentos, um dentro da escola, outro fora, na família. O primeiro, acompanhado por professores: o segundo, pelos pais ou responsáveis. Quando os pais não cumprem a sua parte, o trabalho dos professores se multiplica e o desempenho dos alunos diminui. Ora este modelo pressupõe, entre outras coisas, que as escolas funcionem apenas em meio período (pois se funcionassem em período integral, os alunos não levariam tarefas escolares para casa) e que todos os pais tenham condições (tempo e formação escolar) de ajudar nas tarefas de seus filhos, o que obviamente não é o caso, principalmente nas camadas mais populares.

Problema diferente é a queixa dos professores sobre os múltiplos papéis que exercem além do de professor.

*Passei seis anos sem dar aula no particular. Depois, tive a coragem de voltar integralmente para a sala de aula. Impressionante: em seis anos o que mudou de uma geração para outra! Aliás, nem é uma geração para outra. Quando eu dei aula no início da minha carreira, era maravilhoso, nunca precisei me estressar em sala de aula. Seis anos depois, quando voltei, tive uma situação desagradável: fui passar um filme na sala de vídeo da escola. No final, quando bateu o sinal meio dia, saiu todo mundo correndo. Os alunos destruíram uma meia dúzia de cadeiras, mas naquela confusão eu nem vi. Depois acabei até resolvendo sozinho com os alunos, eles se acusaram, foram bem legais e tal.*

*Mas aí vi como eu estava defasado em seis anos fora da escola particular. Eu vi que não tinha que ser só professor. Tinha que ser professor e policial. Porque além de assistir os filmes com os meus alunos - não abro mão disso - tinha que ficar lá atrás cuidando para ver se alguém ia destruir algo. Ser professor e policial a partir de então. Só para ver como as coisas estão ficando cada vez piores... (Rio Grande do Sul)*

Por um lado, os múltiplos papéis exigidos dos professores demonstram as enormes carências (físicas e psicológicas) de muitos alunos, principalmente das camadas mais populares. Disse uma professora no Mato Grosso do Sul:

*Está cada vez maior o peso em cima da escola. Tudo é dentro da escola. O aluno fica de segunda à sexta e ainda sábado e domingo. E onde estão os pais para educar? Os pais põem essa responsabilidade para a escola e a escola joga para o professor. Então, você tem que educar, tem que ensinar, tem hora que tem que ser babá de aluno. Dentro da sala de aula, o professor é quem faz tudo. Você encontra aluno com problema de dentro de casa transferindo para a escola, chama o pai e ele não vai à escola para ajudar a resolver o problema.*

Demonstram também uma certa frouxidão no modo como os pais lidam com seus filhos, um permissividade exagerada, principalmente nas camadas médias, e o papel que atribuem ao Sistema Escolar. Os desabafos a seguir são significativos:

*Os pais hoje em dia criam passarinho, gatinho. Educar para eles é coisa da escola: 'é problema seu, estou pagando', dizem. E a escola está assumindo cada vez mais, está querendo pegar essa crise. Quando você começa a querer botar limites, o pai fala: 'não pode'. Eu já peguei vários bilhetes que diziam assim: 'professora, hoje minha filha não me obedeceu, resolva isso para mim, por favor'. É a roupa que a menina não queria colocar, ela chorou e a mãe já mandou um bilhete, para resolver na escola. Isso acontece direto. (São Paulo)*

*Um aluno, cujo pai é uma autoridade, pulou o muro e fugiu da escola. O pai acionou a polícia e o exército, fechou o quarteirão. Encontraram o menino no bar, tomando cerveja. Em sala de aula, ele disse que tudo havia sido uma “palhaçada” do pai, e que faria tudo novamente!. (Pará)*

## **A centralidade do trabalho e a saúde mental dos professores**

É muito fácil escamotear o papel do trabalho para a compreensão dos indivíduos e da sociedade. A cultura acadêmica e os formadores de opinião conferem ao tema um interesse sempre secundário. Não é à toa que nas universidades as disciplinas “do trabalho” sejam sempre marginais em relação às demais disciplinas do currículo. Por isso defender a tese da centralidade do trabalho é, no mínimo, inusitado. No entanto, é ela que está na base de nosso projeto de estudos e é por isso que, para falar da saúde dos professores, começamos por estudar o seu trabalho.

Um dos poucos autores que tem defendido a tese da centralidade do trabalho é C. Dejours<sup>28</sup>. Em sua vasta produção escrita, ele defende a idéia de que é a partir da compreensão do que se passa no trabalho que podemos compreender o que se passa na sociedade e nos indivíduos e, portanto, também na sua saúde, física e mental. É importante ressaltar que esta tese inverte o sentido da relação entre trabalho e indivíduo/sociedade contidas nas explicações mais correntes. Para se compreender o comportamento social é preciso se compreender o que se passa nos locais de trabalho e não o contrário. Para conhecer o indivíduo, precisa-se conhecer o seu trabalho e não o contrário.

Enquanto estudioso das relações entre trabalho e saúde mental, são os aspectos psicológicos os mais estudados por Dejours. Sua teoria consiste em deslocar o interesse das patologias mentais para a normalidade. Como é possível que em determinadas situações de trabalho, manifestamente nefastas do ponto de vista psicológico, as pessoas não caiam doentes? Para responder a esta questão, ele desenvolveu conceitos

---

<sup>28</sup> Christophe Dejours é psiquiatra e psicanalista e dirige o Laboratório de Psicologia do Trabalho e da Ação, do Conservatoire National des Arts et Métiers, em Paris, França.

interessantes, entre os quais o de “sofrimento” no trabalho e o de “sistemas de defesa” contra o sofrimento. Para agüentar os ataques da “organização do trabalho” de certa forma inerentes ao próprio trabalho, os indivíduos erigem mecanismos de defesa psicológica (individuais e, sobretudo, coletivos) que lhes permitem, de certa forma, conjurar estes sofrimentos. É apenas quando estes mecanismos falham que se manifestam as descompensações, em forma de patologias psíquicas, dependentes da história individual dos sujeitos. Por outro lado, nesta teoria, o trabalho é um importante fonte de saúde mental, através de um mecanismo de reforço da identidade: trabalhar faz bem para a saúde. Quando todo o esforço para fazer um trabalho útil, bonito e bem feito alcança o reconhecimento, tanto dos colegas quanto da hierarquia, o trabalho é fonte de prazer.

Estas linhas gerais da teoria de Dejours configuram um quadro teórico rico para se analisar o trabalho dos professores e suas relações com a saúde e a doença. As duas maiores queixas médicas dos professores que participaram de nosso estudo foram os problemas de voz, anteriormente citados, e os transtornos psicológicos, expressos sob a denominação de *estresse, depressão, nervosismo, burn-out*<sup>29</sup> e sempre relacionados a sentimentos de *cansaço, frustração, culpa, desânimo, baixa auto-estima, excesso de trabalho*. Estas queixas, aliás, confirmam o que a literatura científica nacional<sup>30</sup> e internacional fala sobre o assunto.

Para explicar os transtornos psicológicos, a teoria do sofrimento de Dejours é bastante rica. De todos os professores que ouvimos, os que nos pareceram mais satisfeitos com seu trabalho foram aqueles que trabalhavam com alfabetização de adultos, fora do sistema regular de ensino, isto é no MOVA<sup>31</sup> e no MST<sup>32</sup>. Apesar das inúmeras dificuldades materiais enfrentadas (falta de material didático, de instalações adequadas) estes professores realçavam vários aspectos positivos de seu trabalho: o interesse dos

---

<sup>29</sup>A síndrome de burnout é caracterizada por exaustão emocional (falta de energia e de entusiasmo, esgotamento); despersonalização (insensibilidade, frieza com os colegas, cinismo) e diminuição da auto realização profissional (auto avaliação negativa, frustração, descontentamento consigo e com o trabalho).

<sup>30</sup> LEITE, M. de P. e SOUZA, A.N. (coordenadoras). **Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde de Professores da Educação Básica no Brasil - Estado da Arte e Resenhas**. Disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br), Publicações eletrônicas.

<sup>31</sup> Mendonça, E.M.C., Souza, D.M e Ferreira, L.L. **O trabalho de professores da Educação Básica de Belém do Pará**, São Paulo: Fundacentro, 2009. É um dos resultados regionais de nosso projeto

<sup>32</sup> Ferreira, L.L.; Iguti, A.M.; Donatelli, S e Lima, C.Q.B **O trabalho de professores da Educação Básica em São Paulo**, São Paulo: Fundacentro, 2009. É um dos resultados regionais de nosso projeto

alunos, a liberdade que tinham no desenvolvimento de suas atividades docentes, o apoio que recebiam para desenvolvê-las e o reconhecimento de seus alunos. Interesse porque só freqüentavam as aulas aqueles alunos que queriam (e não os que eram obrigados) e assim, os objetivos dos professores e alunos eram concordantes, o que evitava que eles passassem boa parte do tempo tentando conquistar sua atenção. Liberdade porque não lhes era imposto nenhuma apostila nem nenhum método. Eles poderiam escolher, a partir de algumas indicações de métodos, aqueles que lhe pareciam mais adequados aos seus objetivos e aos seus meios. O “método Paulo Freire” utilizado pelos educadores do MOVA e, às vezes, pelos do MST partiam da realidade dos alfabetizandos, o que facilitava o aprendizado da leitura e da escrita. O apoio que recebiam vinha de instâncias colegiadas que acompanhavam suas atividades e lhes ofereciam suporte em caso de necessidade. Por último, o reconhecimento dos alunos e o acompanhamento de seus progressos constituíam o coroamento dos seus esforços, do sucesso de seu trabalho e a prova de sua utilidade. Perguntada se também se sentia nervosa, como muitas das professoras que ouvimos, uma jovem professora do MST disse que sim, quando soube que seus alunos tinham passado em um exame estadual. Nervosa de emoção e de alegria.

Se analisarmos agora os principais motivos de sofrimento dos demais professores e dentre eles dos que nos pareceram mais sofridos, veremos que no seu trabalho faltavam quase todos os elementos acima elencados. A falta de interesse/compromisso/disciplina dos alunos foi um dos problemas mais citados. Para conseguir o interesse, os professores passavam a maior parte do seu tempo tentando convencê-los da importância do que lhe estavam ensinando e da necessidade de estudar. Desenvolviam para isto técnicas pessoais e as testavam, muitas vezes sem grande sucesso. Frustrados, muitos desistiam de seus esforços, seja arranjando subterfúgios para não enfrentar a situação, seja permanecendo no posto, mas sem grandes investimentos pessoais. Ambas as soluções, insatisfatórias do ponto de vista de sua auto-estima. Em relação à liberdade de escolha dos métodos e conteúdos, encontramos várias situações. Em algumas escolas públicas, principalmente no EF, muitos professores escolhiam o que e como ensinar, juntando aqui e ali o que tinham aprendido e o que de melhor sabiam fazer. Diferentemente, em escolas privadas, principalmente as de elite, muitos professores se queixavam da pouca autonomia no seu trabalho: a escola impunha o conteúdo, a forma e o tempo em que ele deveria ser passado aos alunos deixando aos professores poucas

margens de manobra. Isto acontecia principalmente nas escolas que seguiam apostilas padronizadas nas quais, como disse uma professora, a sua função era somente “dar aulas” sem se preocupar se o aluno as tinha entendido ou não. Em relação ao apoio para a realização das atividades, a situação geral que nos foi apresentada foi a de sua ausência quase total. Mesmo confrontados com situações novas e para as quais não haviam sido capacitados, como a presença na sala de aula de alunos com necessidades especiais, com distúrbios de comportamento ou violentos, os professores se queixaram da falta de apoio das escolas (e do Sistema Escolar de um modo mais geral) que deixavam em suas mãos a decisão sobre o que e como fazer. Pior ainda: responsabilizava-os pelos fracassos de seus alunos.

Em muitas escolas, principalmente da rede privada, o sistema de controle das atividades dos professores substituía o apoio que a escola lhes negava. Todo seu comportamento, desde a pontualidade até o modo de se vestir, entrava na avaliação que a escola fazia e que era determinante para auferir os prêmios e punições que recebia e, em última instância, seu próprio salário e a manutenção do emprego. Finalmente, foram vários os exemplos de professores desrespeitados, assediados e até agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais que não contaram com a defesa nem da direção da escola nem dos colegas, nem do poder público. Os professores que mais sofriam não só contavam com baixo reconhecimento dos alunos como muitas vezes eram confrontados com os próprios ou seus responsáveis ou com as autoridades escolares. A história de uma professora em uma situação difícil mostra este problema:

*Eu trabalhei com uma turma de alfabetização, repetente, super difícil e, além disso, não tinha carteira na escola, porque não chegaram as carteiras. E tinha que começar a aula e aí tinha que mandar os meninos sentar no chão, por um período. Era uma turma de trinta alunos. Dentre estes 30 alunos, quinze estavam alfabetizados no final do ano. Eu fiquei muito satisfeita porque era 50%, numa turma difícil. Fui entregar minha bela ficha, aquela que não pode borrar de jeito nenhum, se não, não recebe, quando eu entrego, foi a maior confusão. Falaram que não podia ter 50% alfabetizados, porque tinha que ter, no mínimo, 60%. E falaram: “como o MEC vai ver isto aqui? Eu não vou*

*mandar essa ficha, não”. Eu achava que ia ser elogiada e aconteceu isso.*  
(Piauí)

A partir destas constatações, podemos esboçar um quadro sobre as situações que mais causam sofrimento no trabalho de professor: ver-se constrangido (por meio de avaliações ou ameaças explícitas ou veladas) a fazer o que não acha correto; não conseguir fazer o que acha correto (por falta de infra estrutura das escolas, falta de instrumentos pedagógicos, falta de tempo, falta de formação, falta de apoio), ser confrontado com situações com as quais não sabe lidar (violência, extrema pobreza), ser considerado culpado pelas mazelas da educação, sentir-se isolado nos seus problemas, sem apoio de instâncias colegiadas, não ver seu esforço nem seu trabalho reconhecidos, sentir que seu trabalho tem sido desvalorizado, social e financeiramente.

Em relação às fontes de prazer, destacamos o contato e a relação com crianças e jovens, descritos pelos professores como *revigorantes* ou *prazerosos*; o acompanhamento do progresso dos alunos, que os faz se sentirem úteis e dão um sentido ao seu trabalho; ser lembrados pelos alunos, *provavelmente porque*, como diz um professor, *eu os marquei, fiz alguma coisa de bom*; conseguir fazer o que acham certo; ter seu trabalho reconhecido, não só pelo pares e hierarquia mas, sobretudo, pelos próprios alunos, como nos contou, com orgulho, uma professora de uma escola rural: *eu tenho caixas de bilhetes de agradecimento de alunos*. E finalmente, sentirem-se amparados e poderem compartilhar as suas dificuldades.

## IV- Considerações finais

Ao iniciarmos esta pesquisa, não conhecíamos a dimensão da tarefa que iríamos enfrentar. Estudar o trabalho dos professores e o que este trabalho faz com eles, de bom e de mau, mostrou-se uma grande aventura.

Primeiro, porque nos permitiu conhecer várias regiões do Brasil e constatar ao mesmo tempo a sua bela e rica diversidade cultural e geográfica e a sua perversa desigualdade social, que insiste a continuar dividindo os brasileiros em cada município, em cada estado em cada região. O conhecimento desta realidade não se mostrou apenas um detalhe: o trabalho dos professores consiste em ensinar alunos e, portanto, tudo o que se refere a eles diz respeito aos professores. Ora, os alunos são parcelas importantes do povo, suas crianças e jovens (e eventualmente adultos) que chegam à escola trazendo as marcas das classes sociais a que pertencem e suas expectativas quanto à sua educação. E que podem sair das escolas mais instruídos (ou não), mais preparados (ou não), mais esperançosos (ou não), em busca de um futuro melhor o qual passa, necessariamente, pelo encontro de um emprego, de preferência bom. Os professores têm um papel importante nesse processo e isto é uma das coisas boas de sua profissão: ajudar a emancipação das pessoas através de sua educação. Mas este papel é restrito por vários limites impostos pelas escolas e pelo próprio Sistema Escolar. Este fato nem sempre é compreendido, às vezes, nem pelos próprios professores, que se culpam por não conseguirem formar melhor os seus alunos, e explorado pela mídia, que insiste em apresentá-los, senão como únicos, pelo menos como os grandes vilões pelos baixos desempenhos de seus alunos. O que é uma grande injustiça.

Em segundo lugar, porque nos permitiu conhecer muitos professores e constatar seu grande entusiasmo pelo seu trabalho, em todos os municípios em que estivemos de todos os seis estados que participaram desta pesquisa. Mesmo maltratada por décadas políticas educacionais que não souberam valorizá-la, a categoria dos professores de educação básica mostra grande vigor, não perde as esperanças, continua lutando pela valorização da profissão, pelo aprimoramento profissional e se indigna contra as injustiças cometidas contra seus alunos e contra sua própria categoria. O que é um sinal de esperança.

Em terceiro lugar, porque nos permitiu conhecer melhor a produção escrita, principalmente a acadêmica e institucional, sobre professores e assim constatar que não é por falta de estudos que problemas antigos permanecem atuais. No caso específico da saúde dos professores de educação básica, há estudos suficientemente embasados para caracteriza a influência do trabalho no surgimento de patologias, como os distúrbios vocais e os distúrbios psicológicos. Por outro lado, também constatamos lacunas nesta produção, principalmente relacionadas ao conhecimento das formas de emprego dos professores, aos seus vínculos empregatícios e à sua inserção nos sistemas de previdência social. E embora tenha havido esforços expressivos para se contar melhor o número de nossos professores, as informações disponíveis continuam muito frágeis, principalmente as referentes às escolas da rede particular de ensino.

Ao fim desta aventura, tentaremos fazer um balanço rápido do que aprendemos e do que julgamos ser necessários aprofundar posteriormente.

- ouvir os professores sobre o seu trabalho e fazê-lo nas mais diversas situações (ensino público e privado; escolas urbanas e rurais, cidades grandes e pequenas, lecionando na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) mostrou-se um potente instrumento para melhor compreender como é seu trabalho e o que este trabalho faz com eles, sem cair em lugares comuns. Suas análises integram aspectos que normalmente são explorados isoladamente perdendo, assim, sua força. Além disso, incorporam elementos históricos, importantes para compreensão de suas realidades. Seria importante que mais professores fossem ouvidos em estudos posteriores ou quando se pretende implementar mudanças nas suas situações de trabalho.
- a necessidade de aprimorar o quadro teórico, apenas esboçado neste texto, para explicar as relações entre o trabalho e a saúde dos professores, sobretudo aprofundar as inter relações entre as diversas pistas sugeridas- as dimensões atividade, emprego a inserção no Sistema Escolar- e a tese da centralidade do trabalho.
- o cuidado de não homogeneizar a profissão mas respeitar sua heterogeneidade e as diversas situações em que é exercida. Nesse sentido, as medidas que dizem

respeito a melhorias das condições de trabalho dos professores devem ser pensadas não apenas de um modo geral, envolvendo toda a categoria, mas também de um modo pontual, envolvendo cada escola, de cada município, de cada estado do Brasil.

## V- Bibliografia

BARTHES, R. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira, 2ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOURDIEU, P. **A produção da crença, contribuição para uma economia de bens simbólicos**. Tradução de Maria da Graça Jacintho Setton. São Paulo: Zouk, 2002.

BOURDIEU, P e PASSERON, J.-C. **A reprodução. Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da republica Federativa do Brasil, Brasília, 23 dezembro 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)  
Acesso em 19 de junho de 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art.69 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 17 jul.2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111738.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111738.htm). Acesso em 19 de junho de 2009.

BRASIL Senado [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br). acesso em 31/01/2010

DANIELLOU, F, LAVILLE, A E TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, nº68, vol. 17, 1989.

DEJOURS, C. E BÈGUE, F. **Suicide et travail: que faire?** Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** Tradução de A.I. Paraguay, e L.L. Ferreira, Trad. São Paulo: Cortez/Oboré 1987.

\_\_\_\_\_ **A banalização da injustiça social.** Tradução de L. A Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

\_\_\_\_\_ **Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho.** Tradução de A. C. F. Reis. São Paulo: Fundap, EAES/ FGV, 1999.

**Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2006, vol9, nº2, pp 99- 107, Entrevista: Yves Clot.

DONATELLI, S. E OLIVEIRA, J.A. **O trabalho de professores na educação básica no Rio Grande do Sul:** FUNDACENTRO, no prelo.

FERREIRA, L.L., IGUTI, A.M., DONATELLI, S. E LIMA, C.Q.B. **O Trabalho de Professores na Educação Básica em São Paulo.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2009. Também disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)

FERREIRA, L.L. Análise Coletiva do Trabalho. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 78, 21, 7-19, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2002-2009.

IBGE@idades. Acesso em 07/04/2010

LEITE, M. de P. e SOUZA, A.N. (coordenadoras). **Condições de Trabalho e suas Repercussões na Saúde de Professores da Educação Básica no Brasil - Estado da Arte e Resenhas.** Disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br), Publicações eletrônicas

MENDONÇA, E.M.C.; SOUZA, D.M. E FERREIRA, L.L. **O trabalho de professores na educação básica em Belém do Pará.** São Paulo: FUNDACENTRO, 2009. Também disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)

MARX, K. **O Capital- Crítica da Economia Política**, Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo Escolar 2008**.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP- **Censo da Educação Superior 2007**

OLIVEIRA, J.A, PESENTE, J.C E FERREIRA, L. **O trabalho de professores na educação básica em Mato Grosso do Sul**: FUNDACENTRO, 2009. Também disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br)

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO [www.observatoriodaeducacao.org.br](http://www.observatoriodaeducacao.org.br). acesso em 31/03/2010

POCHMAN, M.. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

SCHWARTZ, Y. Un bref aperçu de l'histoire culturelle du concept d'activité. @ctivités, 2007, vol. 4 n°2.

TAVARES, DANIELA; FERREIRA, L.L., MACIEL, R. **O Trabalho de Professores na Educação Básica Pública no Piauí**. São Paulo, FUNDACENTRO, 2008. Também disponível em [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br).

## **Anexo1: Desenvolvimento da Análise Coletiva do Trabalho neste projeto**

A equipe técnica e o planejamento da pesquisa

Ao decidir pela utilização da Análise Coletiva do Trabalho (ACT), constituímos uma equipe técnica<sup>33</sup>, e fizemos uma reunião com as duas entidades sindicais nacionais de professores: a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) para lhes expor o projeto e pedir sua colaboração. Primeiro porque, na nossa experiência, quando as entidades de classe se envolvem num projeto de pesquisa há mais chances de que os resultados do projeto sejam utilizados em benefício dos trabalhadores, pois são elas que os representam. Depois, porque, para fazer uma ACT, precisamos de trabalhadores voluntários que se disponham a participar e, para que eles se sintam seguros, garantimos seu anonimato. A experiência mostra que falar sobre o trabalho envolve riscos, até a demissão, e o nosso princípio maior é não prejudicar ninguém. Ora, são os sindicatos as entidades que têm mais condições de conseguir trabalhadores voluntários e anônimos para participar da ACT. Nesta primeira reunião, ambas as entidades se dispuseram a colaborar e acertamos que o projeto deveria acontecer em, pelo menos, um estado de cada uma das 5 regiões do país, com o auxílio de sindicatos locais.

A escolha das localidades

Tendo em vista as nossas possibilidades e limitações, acabamos realizando reuniões de ACT em São Paulo, no Piauí, no Pará, em Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul. No decorrer do projeto, o Sindicato dos Professores da Bahia (SINPRO/BA) nos procurou e também fizemos um trabalho, com sua ajuda, na Bahia.

As reuniões com as entidades sindicais e com os trabalhadores

---

<sup>33</sup> que chegou a ter 20 pesquisadores de várias formações –médicos, psicólogos, sociólogos, pedagogos, fisioterapeutas, estatísticos. A lista completa está no fim deste anexo.

Em cada estado contactávamos um ou mais entidades, explicávamos-lhe o objetivo do projeto e pedíamos sua colaboração para organizar as reuniões com os professores, isto é, convidá-los e oferecer condições (local e horário) para isso. Em geral, as reuniões aconteceram nas sedes de sindicatos, tiveram uma presença que variou de 3 a 12 pessoas por reunião e duraram em média duas horas (com uma variação de uma a 6 horas). (A lista de todas as entidades participantes está no fim deste anexo.

### O papel dos pesquisadores

Em todas as reuniões, dois, e às vezes três, pesquisadores participavam. A eles incumbia explicar aos professores os objetivos do projeto e as regras das reuniões: descrever e analisar o trabalho que realizavam. Também eram eles que começavam a fazer as perguntas sobre o trabalho, funcionando como uma espécie de mediadores e se encarregavam de gravar as reuniões em fita K7 (com o consentimento de todos). Após as reuniões, as fitas com as gravações eram transcritas e esta transcrição, assim como algumas pesquisas bibliográficas e documentais, originavam um relatório preliminar. Este relatório, que deveria conter, de forma sucinta e com uma linguagem clara, os pontos essenciais sobre o trabalho analisado nas reuniões era então re encaminhado aos sindicatos, que os re encaminhava aos professores, para esclarecimentos adicionais. Algumas vezes, foram feitas reuniões sobre estes relatórios preliminares, onde participaram vários professores. Em outros casos, recebemos por escrito sugestões e críticas sobre o texto preliminar. Com este novo material, fazíamos, então, uma versão final do texto e o publicávamos na forma de um livreto. (No entanto é importante reafirmar que os autores dos textos são os pesquisadores que participaram das reuniões e que todos os eventuais erros são de sua exclusiva responsabilidade).

### As escolhas dos professores participantes

No Piauí, o primeiro estado em que o projeto foi realizado, só ouvimos professores da rede pública. Nos demais estados, participaram professores das redes públicas e privada. No Pará, só ouvimos professores de uma cidade: Belém. Nos demais estados, tivemos professores de pelo menos duas cidades. No Mato Grosso do Sul, além dos sindicatos, tivemos a participação de professores que cursavam o então Curso Normal Superior da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de

Campo Grande e em São Paulo também conversamos com educadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

Em algumas reuniões, todos os participantes eram de um mesmo município, como aconteceu nas quatro cidades do Piauí em que estivemos: Teresina, Picos, Luis Correa e Água Branca. Em outras, participaram professores de vários municípios como aconteceu em Campo Grande/MS, em Porto Alegre/RS e em São Paulo/SP.

A composição dos grupos de professores nas reuniões

A composição dos grupos também variou: em algumas reuniões, todos os professores participantes tinham uma experiência comum; como aconteceu em Belém quando fizemos uma reunião só com educadores do MOVA. Mas na maioria das reuniões, participavam professores que davam aulas em diferentes níveis de ensino e, às vezes, em diversas redes. Embora no total tenhamos ouvido professores de todos os níveis e modalidades da Educação Básica, predominaram os professores do Ensino Fundamental e Médio e tivemos muito poucos professores da Educação Profissionalizante.

Número e procedência dos professores participantes.

Participaram das reuniões cerca de duzentos professores, homens e mulheres que lecionavam tanto na zona rural com na zona urbana, em escolas públicas e/ou privadas, e em municípios pequenos, médios e grandes de todas as regiões do Brasil. A lista de onde trabalhavam os professores contém 25 municípios e está no Anexo 2.

Publicação dos resultados regionais em forma de livro

Até o presente momento, publicamos os seguintes livros regionais:

- **O trabalho de professores na Educação Básica Pública no Piauí,**
- **O trabalho de professores na Educação Básica em São Paulo,**
- **O trabalho de professores na Educação Básica em Mato Grosso do Sul,**
- **O trabalho de professores na Educação Básica em Belém do Pará,**
- **O trabalho de professores na Educação Básica na Bahia,**

Estas publicações estão disponíveis no site [www.fundacentro.gov.br](http://www.fundacentro.gov.br) em publicações impressas. **O trabalho de professores na Educação Básica no Rio Grande do Sul** está no prelo.

As entidades que participaram das ACTs.

1. Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí, (SINTE/Piauí); sede de Teresina e sub sedes de Água Branca, Picos e Parnaíba
2. Sindicato dos Professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo (APEOESP);
3. Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO/SP);
4. Sindicato dos Professores de Campinas e Região (SINPRO/CAMPINAS);
5. Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (SINDSEP);
6. Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Campinas;
7. Coletivo de Educação do Estado de São Paulo, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra /MST;
8. Associação Campo-Grandense de Professores (ACP);
9. Federação dos Trabalhadores em Ensino no Mato Grosso do Sul (FETEMS);
- 10.** Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privados do Mato Grosso do Sul (SINTRAE MS);
11. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande;
12. Sindicato dos Professores do Estado do Pará –(SINPRO/PA),
13. Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Pará –(SINTEPP),
14. Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos – MOVA/IJURI, em Belém do Pará
15. Sindicato dos Professores do Estado da Bahia (SINPRO/Bahia), sede de Salvador e sessão sindical de Vitória da Conquista
16. Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul/ Sindicato dos Trabalhadores em Educação (CPERS/Sindicato);
17. Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul, (SINPRO/RS)

Lista de pesquisadores, em ordem alfabética, que participaram de pelo menos uma fase das ACTs:

1. Aparecida Mari Iguti (UNICAMP),

2. Antonio Élcio do Amaral (CEPA/FUNDACENTRO),
3. Cristiane Queiroz Barbeiro Lima (CTN FUNDACENTRO),
4. Daniela Sanchez Tavares (CTN/ FUNDACENTRO),
5. Doracy Moraes de Souza (CEPA FUNDACENTRO),
6. Elizabete Medina Coeli Mendonça (CTN FUNDACENTRO)
7. Eduardo José Borges Farias dos Reis
8. Flora Maria Gomide Vezzà (ergonomista, colaboradora externa),
9. Juliana Andrade Oliveira (CTN/ FUNDACENTRO),
10. José Carlos Pesente (ERMS/ FUNDACENTRO),
11. José Hélio Lopes Batista (CRPE/ FUNDACENTRO),
12. Leda Leal Ferreira (CTN/ FUNDACENTRO), coordenadora.
13. Marco Antonio Bussacos (CTN/ FUNDACENTRO),
14. Maria Cristina Gonzaga (CTN/ FUNDACENTRO),
15. Maria Cristina Buschinelli Carneiro (ex funcionária CTN FUNDACENTRO)
16. Regina Heloisa Maciel (UECE),
17. Ronildo Barros Órfão (CTN FUNDACENTRO),
18. Sandra Donatelli (CTN/ FUNDACENTRO),
19. Silvio Brasil (CEPA/ FUNDACENTRO),
20. Tânia Maria de Araujo (UEFS).

## Anexo 2- Lista de municípios nos quais os professores participantes lecionavam, com algumas informações

Município/UF	PIB per capita 2007	População 2009	Matrículas EF 2008 (2)	Matrículas EM 2008 (2)	Matrículas Pré-escola 2008 (2)	Matrículas ES 2007 (3)	Rede Privada
Água Branca PI	3.116	16.518	3.266	694	503	467	Sim
Luis Correia	3.306	27.148	6.051	1.279	538	-	Sim
Picos PI	6.436	73.021	14.195	5.366	1.994	2.881	Sim
São Vicente SP	6.740	330.795	49.389	14.089	11.235	1.028	Sim
Vitória da Conquista BA	7.701	318.901	49.102	13.520	5.751	9201	Sim
Anastácio MS	8.314	23.047	4.104	701	558	-	Sim
Teresina PI	8.341	802.537	126.296	65.368	24.099	43.871	Sim
Ponta Porá MS	8.700	75.941	17.593	3.400	1.771	2.373	Sim
Praia Grande SP	9.184	249.551	41.087	9.966	6.368	1.310	Sim
Rochedo MS	9.202	4.480	907	159	74	-	Não
Salvador BA	9.240	2.998.056	325.629	129.202	41.231	117.281	Sim
Pelotas RS	9.349	345.181	49.267	13.626	3.841	12.733	Sim
Terenos MS	9.756	15.276	2.820	472	341	-	Sim
Belém PA	9.793	1.437.600	205.455	77.872	23.504	55.553	Sim
Alegrete RS	10.963	78.984	12.294	3.969	1.466	1.867	Sim
Campo Grande MS	12.346	755.107	121.992	32.754	11.267	31.473	Sim
Corguinho MS	12.616	4.370	869	182	98	-	Não
Frederico Westphalen RS	14.302	28.428	4.090	1.599	526	3.342	Sim
Três Lagoas MS	14.944	89.493	15.584	2.797	2.765	4.446	Sim
Uruguaiana RS	17.050	127.045	22.809	5.989	2.269	1.969	Sim
Ribas do Rio Pardo MS	17.743	20.077	3.853	549	342	-	Sim
Porto Alegre RS	23.534	1.436.123	191.891	53.600	21.424	76.845	Sim
Taubaté SP	25.610	273.426	42.053	11.056	4.145	14.838	Sim
Campinas SP	26.133	1.064.669	137.508	41.159	28.404	67.196	Sim
São Paulo SP	29.394	11.037.593	1.626.987	458.312	379.654	524.345	Sim

Fonte: IBGE Cidades@, acesso em 07/04/2010

(1) IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais, 2007

(2)- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP- Censo Educacional 2008.

(3)- Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP- Censo da Educação Superior 2007.

### **Anexo 3 : Distribuição das matrículas em escolas públicas e privadas segundo o nível de ensino, no Brasil e em seis estados e suas capitais**

Nas 13 figuras a seguir, apresentamos o número de alunos matriculados em escolas públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas, segundo o nível de ensino, no Brasil, nos seis estados que participaram do nosso projeto e nas suas respectivas capitais. Os dados foram extraídos do Censo Escolar de 2008, para a Educação Básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) e do Censo da Educação Superior de 2007, ambos do INEP/MEC, e elaborados por Marco Antonio Bussacos do Serviço de Estatística da FUNDACENTRO.

Em todas as figuras, observamos que:

- Os alunos da rede pública (em vermelho) são muitíssimo mais numerosos do que os da rede privada de ensino (em azul);
- Os alunos do Ensino Fundamental também são muito mais numerosos do que os dos demais níveis de ensino;
- Na Educação Básica (pré-escola, ensino fundamental e ensino médio) prevalece o ensino público. Na Educação Superior acontece o contrário: prevalece o ensino privado;
- a pré-escola é o nível em que o número de alunos é menor;
- há uma grande queda na quantidade de alunos do Ensino Médio quando comparada com a do Ensino Fundamental.

As diferenças mais significativas que encontramos quando comparamos as figuras entre si são as seguintes:

- em todos os estados, o ensino privado é muito maior nas capitais do que no restante do estado;
- em todos os estados, o Ensino Superior privado é muito maior nas capitais do que no interior, com exceção do Piauí e do Pará;
- em todos os gráficos a maior proporção de alunos da rede privada frequenta o Ensino Superior, com exceção de Piauí, Teresina, Pará e Belém, onde frequenta o Ensino Fundamental.
- a proporção de alunos da pré-escola matriculados na rede privada é maior nas capitais do que no interior em todos os estados.

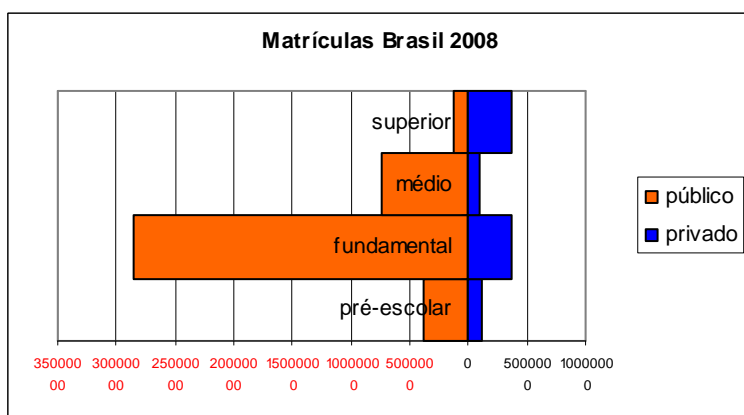


Figura 1- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no Brasil

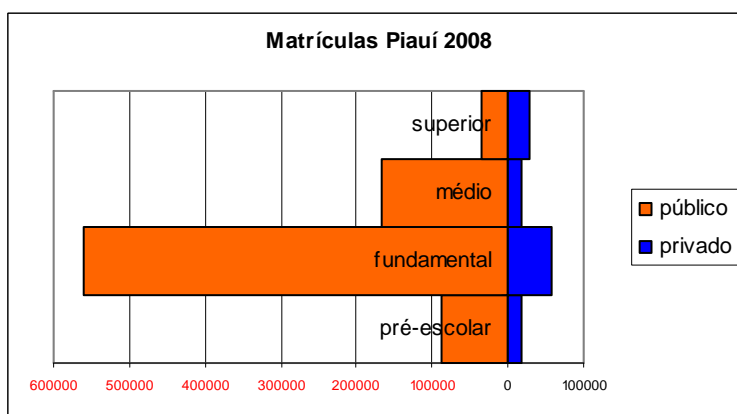


Figura 2- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no Piauí

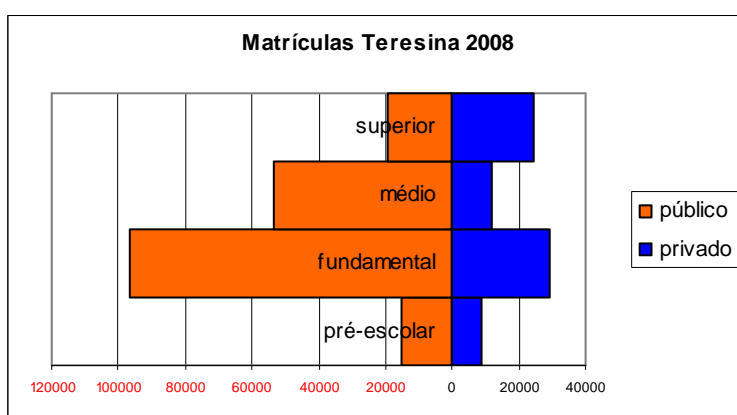


Figura 3- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em Teresina.

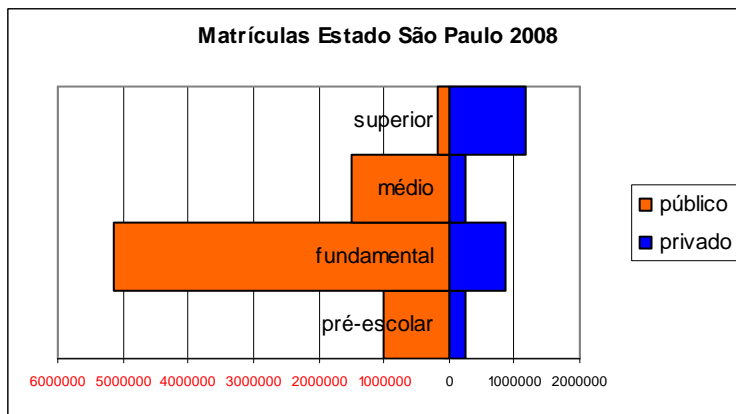


Figura 4- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em São Paulo

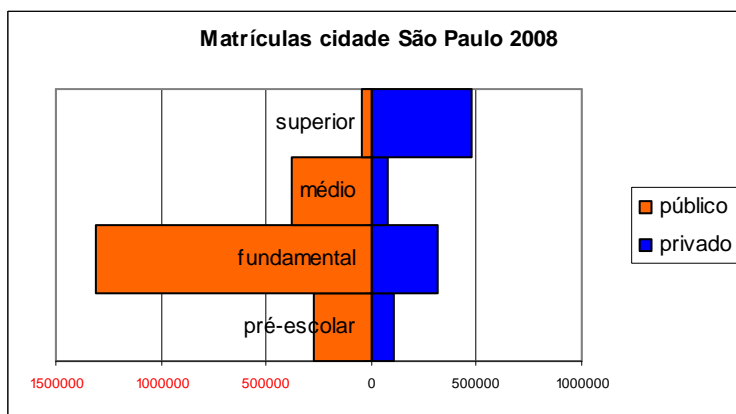


Figura 5- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no município de São Paulo

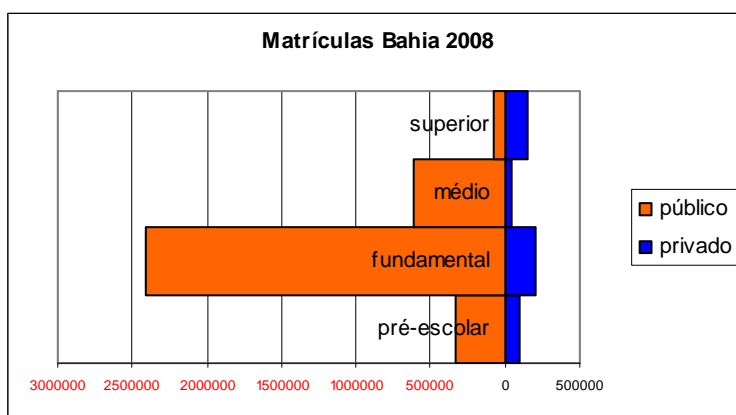


Figura 6- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, na Bahia

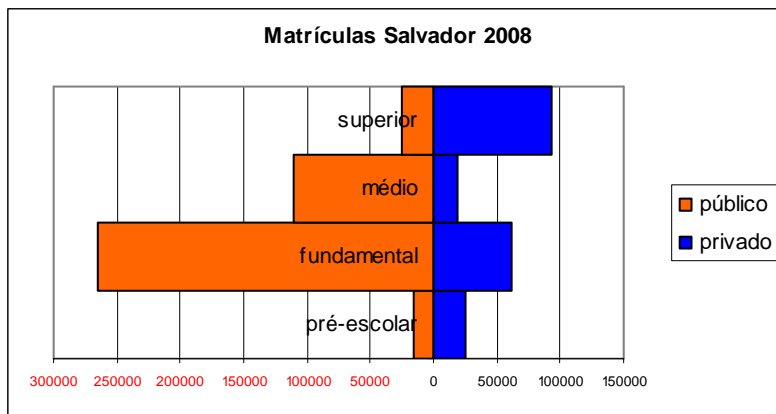


Figura 7- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em Salvador.

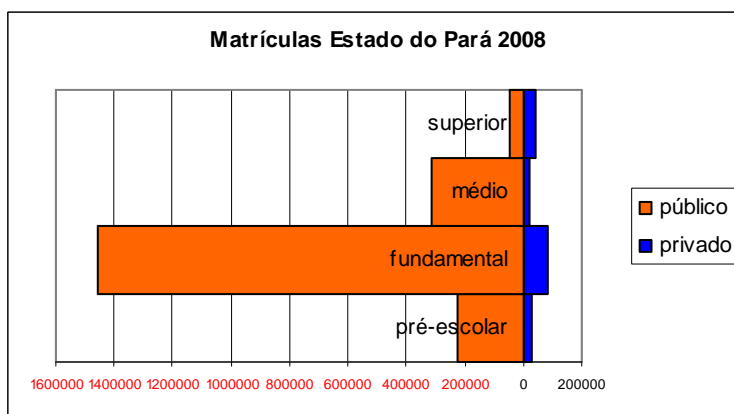


Figura 8- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no Pará.

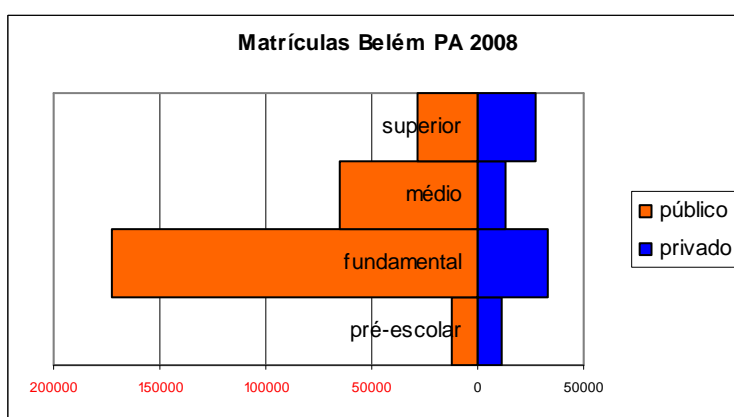


Figura 9- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em Belém.

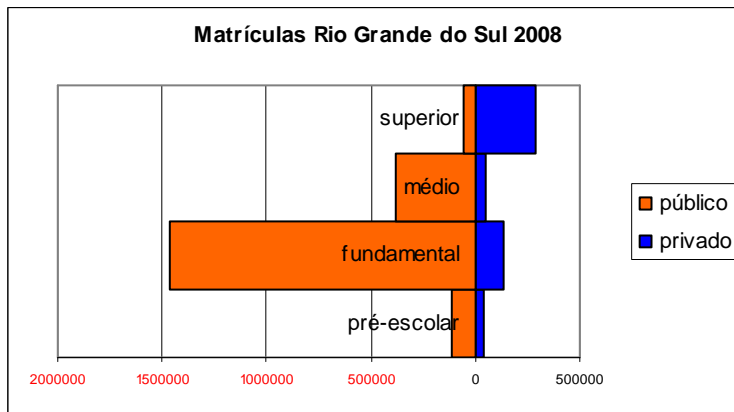


Figura 10- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no Rio Grande do Sul

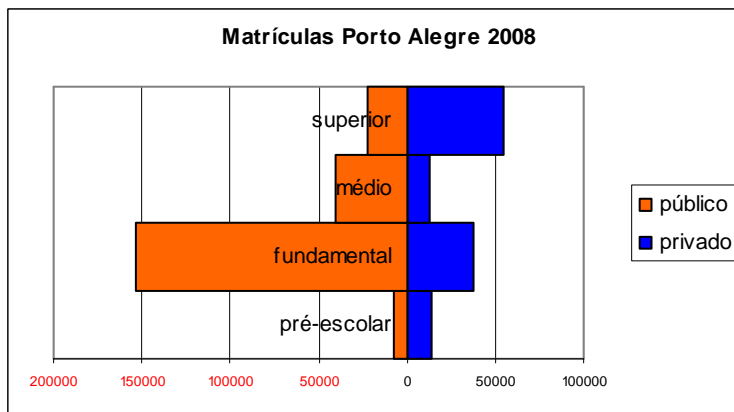


Figura 11- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em Porto Alegre

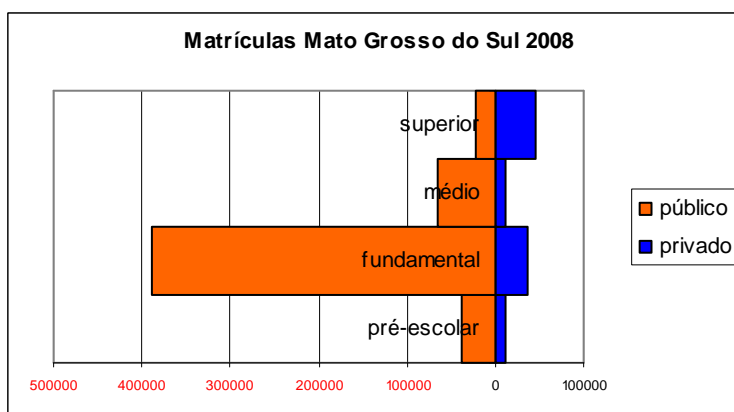


Figura 12- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, no Mato Grosso do Sul

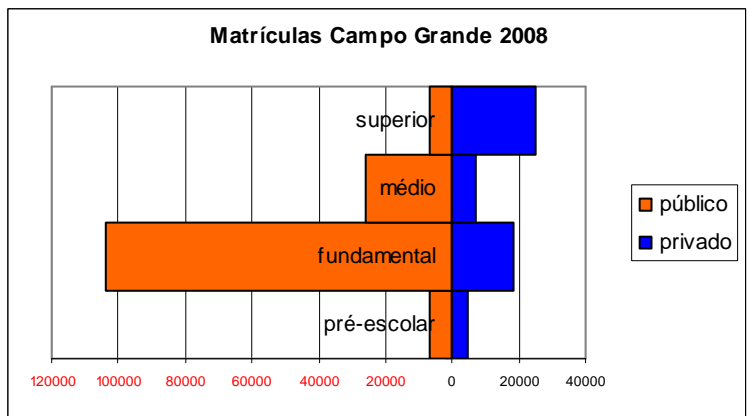


Figura 13- Número de alunos matriculados em escolas públicas e privadas, segundo o nível de ensino, em Campo Grande

**Anexo 4- As obras do levantamento bibliográfico, com destaque (asterisco\* no final) para as que foram resenhadas, no Estado da Arte, um dos eixos do Projeto.**

1. ABBUD, Gláucia A. Cavalcanti. Ruído nas escolas. Entrevista: *Fono Atual*, n.15, 2000.
2. ALEVATO, Hilda. Estresse, *burnout* e cotidiano escolar: novos desafios para a educação básica. *Fórum Crítico da Educação Revista do ISEP*, v .2, n.2, p. 9-43 , 2002.
3. ALMEIDA, Amália Pollastri de Castro. *Trabalhando a voz do professor: prevenir, orientar e conscientizar*. (Monografia de Especialização) CEFAC, Rio de Janeiro, 2000.
4. ALVES, Iolanda Abreu Vasconcelos. *Perfil vocal de docentes do ensino municipal e privado na cidade de Jataí –Goiás*. (Dissertação de Mestrado) Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.
5. AMADO, Elizabeth. *O trabalho dos professores do ensino fundamental: uma abordagem ergonômica*. (Dissertação de Mestrado) Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.\*
6. ANJOS, Maria do Livramento. *Incidência da disfonia no professor*. (Monografia de Especialização) CEFAC, Salvador, 1999.
7. AOKI, Milena Carla Siqueira. *Contribuições de um curso fonoaudiológico de saúde vocal para a aprendizagem profissional de professoras do ensino fundamental das séries iniciais*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2002.
8. ARAÚJO, Tânia Maria de, et al. Saúde e trabalho docente: dando visibilidade aos processos de desgaste e adoecimento docente a partir da construção de uma rede de produção coletiva. *Educação em Revista*, n.37, p. 183-212, 2003a.
9. ARAÚJO, Tânia Maria de, et al. Processo de desgaste da saúde dos professores. *Revista Textual*, Porto Alegre, v.1, n-3, p. 14-21, 2003b.
10. ARAÚJO, Tânia Maria de; SILVANY NETO, Annibal Muniz. *Condições de trabalho e saúde em professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia*. Salvador: Sindicato dos Professores no Estado da Bahia, Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal da Bahia, 1998.
11. ARAÚJO, Tânia Maria de; SILVANY-NETO, Annibal Muniz. *Dando visibilidade às diferenças de gênero nas relações entre trabalho e saúde: um estudo em escolas particulares de ensino* In: III Encontro sobre as Questões da Mulher Trabalhadora e de Etnia em Educação. Salvador Bahia, 1997.
12. ARAÚJO, Tânia Maria de, et al. Trabalho docente e sofrimento psíquico: um estudo entre professores de escolas particulares de Salvador, Bahia. *Revista Educação e Contemporaneidade*, Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, v.12., n.20, p. 485-495, 2003.
13. ARAÚJO, Tânia Maria, et al. *Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Rede Particular de Ensino de Salvador, Bahia*. (Relatório Técnico de Pesquisa)

Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Sindicato de Professores no Estado da Bahia, Salvador, 1998.

14. ASSIS, Fernanda B. *Síndrome de burnout: um estudo qualitativo sobre o trabalho docente e as possibilidades de adoecimento de três professoras das séries iniciais*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal de Uberlândia, 2006. \*

15. ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Saúde e condições de trabalho nas escolas públicas. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (org). *Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes*. Belo Horizonte, p.87-102, 2003a

16. ASSUNÇÃO, Ada Ávila. Uma contribuição ao debate sobre as relações saúde e trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8, n.4, p.1005-1018, 2003b.

17. BACHA, Stella Maris Cortez, et al. Incidência de disfonia em professores de pré-escola do ensino regular da rede particular de Campo Grande/MS. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, Carapicuíba, v.11, n.2, p.8-14, 1999.

18. BARROS, Maria Elizabeth Barros de; OLIVEIRA, Sonia Pinto de. Saúde e trabalho nas escolas: experimentando a construção de outros modos de fazer psicologia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v.3, n.2, p.1-6, 2001.

19. BARROS, Maria Elizabeth Barros. *Articulações saúde-trabalho no campo da educação: os efeitos das transformações contemporâneas do trabalho docente*. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2001.

20. BATTISTI, Beatriz de Paula Leite. Voz do professor: um clamor à fonoaudiologia. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto Silva, ANDRADA, Marta (orgs). *Saúde vocal: práticas fonoaudiológicas*. São Paulo: Rocca, 2002, p. 175-184.

21. BONALDI, Cristiana Mara. *Discutindo saúde: uma experiência no sindicato dos trabalhadores em educação pública do Estado do Espírito Santo (SINDIUPES)*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004.\*

22. BRANDOLT, Paulo Ricardo Mendonça. *Processo de trabalho e saúde do professor do ensino médio: uma abordagem ergonômica*. (Tese de Doutorado) Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

23. BRITO, Jussara; NEVES, Mary Yale; ATHAYDE, Milton. (orgs). *Cadernos de Método e Procedimentos. Programas de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho em Escolas*. João Pessoa. Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 2003.

24. BRITO, Jussara, et al. *Programa de formação em saúde, gênero e trabalho nas escolas*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, v.3, 2003a.

25. BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton. Trabalho, educação e saúde: o ponto de vista enigmático da atividade. *Trabalho, Educação e Saúde*, v.1, n.2, p.63-89, 2003b.

26. BRITO, Jussara; ATHAYDE, Milton; NEVES Marie Yale. (orgs) *Saúde e trabalho na escola*. Rio de Janeiro, CESTH, Escola Nacional de Saúde Pública e FIOCRUZ, 1998.

27. BRITO, Jussara; BARROS, Maria Elizabeth Barros; NEVES, Marie Yale; ATHAYDE, Milton. (orgs). *Trabalhar na escola? Só inventando o prazer*. In: *Readaptação Profissional: a ponta do iceberg?* Rio de Janeiro, IPUB/CUCA, 2001.

28. BRUM, Débora Meurer. A voz do professor merece cuidados. *Revista Textual*, v.1, n.4, p.14-18, 2004.
29. BUOSI, Mara Mércia Buosi. *Professores disfônicos: considerações sobre a percepção auditiva*. (Dissertação de Mestrado) Mestrado em Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. \*
30. CAÇÃO, Maria Izaura. *Jornada de trabalho docente: delineamento histórico da organização do trabalho do magistério público estadual paulista*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
31. CADORE, Maria Bernadete Scapin. *Principais doenças dos professores readaptados na Secretaria de Educação e do Desporto de Santa Catarina*. (Monografia de Pós-Graduação Latus Sensu). Universidade de Contestado, 1996.
32. CAMPOS, Vera Lúcia Silveira Leite. *Causas do desânimo e abandono dos professores das séries iniciais do ensino fundamental*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.
33. CANCIAN, Patrícia, et al. Projeto saúde vocal do professor: estratégias de intervenção em grupo relato de experiência. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto e Silva; MARTA A de Andrada e. *Saúde vocal: práticas fonoaudiológicas*. São Paulo: Rocca,, 2002, p.191-197.v
34. CARELLI, Elisângela Giroto; NAKAO, Milton. Educação vocal na formação do docente. *Fono Atual*, v.5, n. 22, p.40-52, out.-dez, 2002.
35. CARLOTTO, Mary Sandra. *A síndrome de burnout e o trabalho docente*. *Psicologia em Estudo*, v. 7, n.1 , p.21- 29, 2002.
36. CARLOTTO, Mary Sandra. *Burnout e o trabalho docente: considerações sobre a intervenção*. *Revista Eletrônica Interação Psi*, v.1, n.1 , p.12- 18, 2003a
37. CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de *burnout* e gênero em docentes de instituições particulares de ensino. *Revista de Psicologia da UnC*, v.1,n.1, p. 15-23, 2003b
38. CARLOTTO, Mary Sandra. *Síndrome de burnout em professores de escolas particulares de uma cidade da região metropolitana de Porto Alegre/RS*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2002.
39. CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Análise fatorial do Maslach *Burnout Inventory* (MBI) em uma amostra de professores de instituições particulares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 9, n.3, p. 499-505, 2004.
40. CARLOTTO, Mary Sandra; PALLAZO, Lílian dos Santos. Síndrome de *burnout* em professores: um estudo epidemiológico. *Arquivos médicos da Universidade Luterana do Brasil*, Canoas,v.7, n.2, p.43-53, 2004.
41. CARLOTTO, Mary Sandra. *Síndrome de burnout em professores de instituições particulares de ensino*. Tese de doutorado. Universidade de Santiago de Compostela. Faculdade de Psicologia. Departamento de Psicologia Social Santiago de Compostela, Espanha, 2005.\*
- CARLOTTO, Mary Sandra; PALLAZO, Lílian dos Santos. Síndrome de *burnout* e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. *Cadernos de Saúde Pública*,v.22, n.5, p. 1017-1026, 2006.

42. CARNEIRO, Maria Cristina Buschinelli Góes Carvalho. *A saúde do trabalhador professor*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação da Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2001.\*
43. CARVALHO, Djalma Querino de. *Enquanto a Primavera não vêm ou a loucura de ser professora*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.\*
44. CARVALHO, Fátima Araújo de. *O mal-estar docente: das chamas devastadoras (burnout) às flamas da esperança-ação (resiliência)*. (Dissertação de Mestrado) Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.
45. CHUN, Regina Yu Shon. A voz do professor: estudo de grupos de saúde vocal em unidade básica de saúde. *Intercâmbio*, v. 7, p. 167-176, 1998.
46. CODO, Wanderley (coord.). *Educação: carinho e trabalho*, 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.\*
47. DANTAS, Etienne Andrade Medeiros. *A relação entre a saúde organizacional e a síndrome de burnout*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2003. \*
48. DELCOR, Núria Serre, et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v.20, n1, p.187-196, 2004.
49. DELCOR, Núria Serre. *Condições de Trabalho e Saúde dos Professores da Rede Particular de Ensino em Vitória da Conquista-BA*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.\*
50. DOMINGUES, Dinéia Aparecida. *Impactos do trabalho na saúde de docentes*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997.
51. DRAGONE, Maria Lúcia Oliveira Suzigan. *Voz do professor: interfaces e valor como instrumento de trabalho*. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.\*
52. DRAGONE, Maria Lucia Suzigan, et al. Visão atual sobre o problema vocal do professor. *Intercâmbio*, v. 8, p. 39-48, 1999.
53. ENIZ, Alexandre de Oliveira. *Poluição sonora em escolas do Distrito Federal*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2004.\*
54. FABRON, Eliana Maria Gradim, et al. Prevenção de distúrbios vocais em professores e crianças: uma proposta de intervenção junto a instituições educacionais. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto e COSTA, Henrique Olival (org.) *Voz ativa: falando sobre o profissional da voz*. São Paulo: Rocca, 2000, p. 67-77.
55. FABRON, Eliana Maria Gradim. *A voz como recurso didático: reconhecimento e julgamento de suas qualidades*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.\*
56. FABRON, Eliana Maria Gradim; OMOTE, Sadão. Queixas vocais entre professores e outros profissionais. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto (org.) *Voz ativa: falando sobre o profissional da voz*. São Paulo: Rocca, 2000, p. 91-102.

57. FARIAS, Tatiana Marins. *Voz do Professor: saúde e trabalho*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2004.\*
58. FERNANDES, Claudia Regina Jorge. Caracterização de um grupo de professores com alteração vocal da pré-escola do município do Taboão da Serra. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto (org.) *Dissertando sobre voz*. Carapicuíba: Pro-Fono, 1998, p.99-115.
59. FERREIRA DA SILVA, Edil. *Trabalhadores/as de Escola e construção de uma “Comunidade ampliada de Pesquisa”*: a busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2003.\*
60. FERREIRA, Eliane Maria. *A emergência de perspectivas multidimensionais para a educação*: investigando a saúde física e emocional do professor frente aos desafios e conflitos do trabalho docente. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2003.
61. FERREIRA, Leslie Piccolotto, et al. Condições de produção vocal de professores da prefeitura do município de São Paulo. *Distúrbios da Comunicação*. Faculdade de Fonoaudiologia Programa de Estudos Pós- Graduação em Fonoaudiologia e DERDIC, v.14, n.2, p.275-307, 2003.
62. FERREIRA, Leslie; COSTA, Henrique Olival. *A voz ativa – falando sobre profissional da voz*, São Paulo: Roca, 2000.
63. FONSECA, Cândida Clara de Oliveira Pereira da. *O Adoecer Psíquico no Trabalho do Professor de Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública no Estado de Minas Gerais*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.\*
64. FRANCO, Ana Cláudia Santurbano Felipe. *Licenças médicas de professores de Educação Física: expressando especificidades em estudo da Rede Municipal de Ensino*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.\*
65. FREITAS, Carlos Eduardo Soares. *Trabalho estranhado em professores do ensino particular em Salvador em um contexto neoliberal*. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
66. FUESS, Vera L. R.; LORENZ, Maria Cecília. Disfonia em professores do ensino municipal: prevalência e fatores de risco. *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*, v. 69, n.6, p. 807-812, 2003.
67. GASPARINI, Sandra Maria, et al. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, v.31, n.2, p. 189-199, 2005.
68. GASPARINI, Sandra Maria. *Transtornos mentais em professores da rede municipal de ensino de Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.\*
69. GIOVANETTI, Rodrigo Manoel. *Saúde e apoio social no trabalho*: estudo de casos de professores na educação básica pública. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.\*
70. GOLDFARB, Lusia Mercedes da Costa e Silva. *Avaliação de um programa piloto de prevenção de tabagismo em quatro escolas municipais do Rio de Janeiro*.

(Dissertação de Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

71. GOMES, Luciana. *Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos de Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.\*

72. GONÇALVES, Cláudia G. de Oliveira, et al. Fonoaudiologia e saúde do trabalhador: a questão da saúde vocal do professor. *Saúde em Revista*, v. 7, n. 15, p. 45-51, 2005.

73. GONÇALVES, Gustavo Bruno Bicalho. *Uso profissional da voz em sala de aula e organização do trabalho docente*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.\*

74. GOULART, Janete de Aquino; SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Afastamento para tratamento de saúde: sintoma institucional e recurso precário no enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho docente. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v.3, n.2, p. 372-394, 2003.

75. GRILLO, Maria Helena Marotti Martelletti. Proposta de aperfeiçoamento vocal para professores. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto (org). *Saúde vocal: práticas fonoaudiológicas*. São Paulo: Rocca, 2002, p. 207-227.

76. GRILLO, Maria Helena Marotti Martelletti; PENTEADO, Regina. Impacto da voz na qualidade de vida de professore(a)s do ensino fundamental. *Pró-Fono Revista de Atualização Científica*, v. 17, n.3, p.321- 330, 2005.

77. GUIMARÃES, Sônia Maria Arns. *Análise de programas de saúde vocal na docência*. (Monografia de especialização) CEFAC, Curitiba, 2001.

78. HERMES, CEC; NAKAO, M. Educação vocal na formação docente. *Fonoaudiologia Brasil Revista do Conselho Federal de Fonoaudiologia*, v.2, n.3, jun., 2003.

79. HERRERO, Elaine, et al. Oficinas de saúde vocal para professores. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto e Silva, ANDRADA, Marta (org) *Saúde vocal: práticas fonoaudiológicas*. São Paulo: Rocca, 2002, p. 185-190.

80. HYPOLITO, Amanda Ornela. *Experiência de monitoramento em saúde do trabalhador em uma escola pública do Estado do Rio de Janeiro: perspectiva da saúde a partir dos locais de trabalho*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública- FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003.

81. IQUEDA, Adriana Pereira Defina. *Auto-percepção de voz e interferências de problemas vocais: um estudo com professores da rede municipal de Ribeirão Preto/SP*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.\*

82. JARDIM, Renata. *Voz, trabalho docente e qualidade de vida*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.\*

83. JESUS, Saul Neves, de et al. Formação em gestão do stresse. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, v.4, n.2, p.358-371, 2004a.

84. JESUS, Saul Neves de. *Gestão do stress: formulação e aplicação de um curso de formação*. *Educação Revista UFSM*, v.29, 2004b

85. KANIKADAN, Andréa.Yumi Sugishita. *A Qualidade de Vida no Trabalho dos professores de inglês: aplicação dos modelos de análise biopsicossocial e de competência do bem estar organizacional.* (Dissertação de Mestrado) Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.\*
86. KYRILLOS, Leny Cristina Rodrigues, et al. Caracterização e comparação da voz falada espontânea e profissional de professores de educação física. *Fono Atual*, n.5, p.16-26, 1998.
87. LAWDER, Jane Maria Rodrigues. *Efeitos do mau uso e abuso vocal nos professores.* (Monografia de Especialização) CEFAC, Curitiba, 1999.
88. LIMA, Flávia Barbosa. *Fatores contribuintes para o afastamento dos professores dos seus postos de trabalho, atuantes em escolas públicas municipais localizadas na região sudeste.* (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. \*
89. LIMA, Viviana Aparecida. *Condições de trabalho e saúde dos professores sindicalizados de ensino fundamental e médio da rede privada de Campinas.* Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, 2000.\*
90. LIMA, Wânia R. *Perfil vocal e condições de trabalho de professores dos municípios de Vitória e Vila Velha-ES.* (Dissertação de Mestrado) Programa de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.\*
91. LIPP, Marilda Novaes (org.) *O stress do professor.* 4<sup>a</sup>ed., Campinas, SP: Papyrus, 2002, p.136. ISBN:85-308-0678-6.\*
92. MALLAR, Sandra Cristina; CAPITÃO, Cláudio Garcia. *Burnout e hardiness: um estudo de evidência de validade.* *Psico-USF*, v.9, n.1, p. 19-29, 2004.
93. MARCHIORI, Flávia Moreira. *No pulsar da atividade: uma análise do trabalho e da saúde dos professores numa escola municipal de Vitória/ES.* (Dissertação de Mestrado) Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Rio de Janeiro, 2004.\*
94. MARCHIORI, Flavia; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; OLIVEIRA, Sonia Pinto de. Atividade de trabalho e saúde dos professores: o programa de formação como estratégia de intervenção nas escolas. *Educação e Saúde*, v. 3, n.1, p. 143-170, 2005.
95. MARIA, Amabel B. V., et al. *O movimento sindical e a saúde do trabalhador: o sindicato estadual dos profissionais da educação na luta pela saúde no trabalho.* (Monografia de Especialização) Especialização em Saúde do Trabalhador, Escola Nacional de Saúde Pública - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2002.
96. MARIANO, Maria Socorro Salles. *Trabalho e saúde mental das professoras da segunda fase do ensino fundamental da rede pública do município de João Pessoa – Paraíba.* (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2003.
97. MARINETE, Rosa Pereira. *Nos fios de Ariadne: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do estado do Espírito Santo.* (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

98. MARTINEZ, Angela Benitez. *Investigação da Prevalência de Ansiedade-Traço-Estado em Professores do Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual de Campo Grande/MM*. (Dissertação de Mestrado) Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 1999.\*
99. MASCARELLO, Marinete Rosa Pereira. *Nos fios de Ariadne: uma cartografia da relação saúde-trabalho dos professores de uma escola da rede pública do Estado do Espírito Santo*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.\*
100. MASSELLI, Maria Cecília. *Estresse e trabalho de monitoras de creche: uma abordagem multidisciplinar*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.\*
101. MASSON, Maria Lucia Vaz. Professor, como está sua voz? *Distúrbios da Comunicação*, v. 13, n.1, p.175-180, 2001.
102. MAZILLI, Luiz Eugênio Nigro. *Análise dos afastamentos do trabalho por motivo odontológico em servidores públicos municipais de São Paulo submetidos à perícia ocupacional no período de 1996 a 2000*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Odontologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.\*
103. MEDEIROS, Adriane Mesquita. *Disfonia e condições de trabalho das professoras da rede municipal de ensino de Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.\*
104. MONTEIRO, Zeina Hage de Morisson: *Desempenho escolar, condições de trabalho e as implicações para a saúde do professor*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ. Rio de Janeiro, 2000.\*
105. MORAES, Janaina Real de. *Desgaste emocional em professoras de escola especial*. (Dissertação de mestrado) Centro de Ciências da Educação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.\*
106. MOTTA, Andréa Rodrigues, et al. Aspectos relacionados ao uso vocal em professoras de creches comunitárias de Belo Horizonte. In: Anais do 7º. Congresso de Extensão, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.
107. MOURA, Eliana Perez Gonçalves. *Professora-Borboleta: micro-política das relações de saúde, trabalho e subjetividade*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
108. MOURA, Eliana Perez Gonçalves. *Saúde mental e trabalho: esgotamento profissional em professores da rede de ensino particular de Pelotas/RS*. (Dissertação de Mestrado) Pós-Graduação em Psicologia Social e da Personalidade, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.
109. NACARATO, Adair Mendes, et al. O cotidiano do trabalho docente: palco, bastidores e trabalho invisível...abrindo as cortinas. In: GERALDI, Corinta Maria Grisolia (org) *Cartografias do trabalho docente*. Campinas: Mercado de Letras, 1998, p. 73-104.
110. NAUJORKS, Maria Inês. *Burnout docente no trabalho com a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais*. *Educação Cadernos UFSM*, Santa Maria, n. 22, p. 81-88, 2003.

111. NAUJORKS, Maria Inês. Stress e inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Educação Cadernos UFSM*, Santa Maria, n. 20, p. 117-126, 2002.
112. NAUJORKS, Maria Inês; BARASUOL, Evandir Bueno. *Burnout* docente no trabalho com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Educação Cadernos UFSM*, Santa Maria, n.24, 2004.
113. NEVES, Mary Yale Rodrigues, et al. Notas sobre saúde mental e trabalho docente a partir de uma investigação com professoras de escolas públicas. In: FIGUEIREDO, Marcelo (org.) *Labirintos do trabalho: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo*. Rio de Janeiro: DP & A, 2004, p. 302-321.
114. NEVES, Mary Yale Rodrigues. *Trabalho docente e saúde mental: a dor e a delícia de ser (tornar-se) professora*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria, Psicanálise e Saúde Mental, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.\*
115. NOAL, Ingrid Kork. *Manifestações do mal-estar docente na vida profissional de professoras do ensino fundamental: um estudo de caso*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003. \*
116. NORONHA, Maria Márcia Bicalho. *Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde: estudo de caso das professoras do ensino fundamental em uma escola pública de Montes Claros, MG*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.\*
117. NUNES, Marilene. *Trabalho docente e sofrimento psíquico: proletarização e gênero*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.\*
118. OLIVEIRA, Débora Lopes. *Processo de trabalho e saúde na escola: um estudo de caso de professores do ensino fundamental da Escola municipal General Mourão Filho em Duque de Caxias*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana, Fundação Osvaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2001. \*
119. OLIVEIRA, Iára Bittante de. *Desempenho Vocal do Professor: Avaliação Multidimensional*. (Tese de Doutorado) Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 1999. \*
120. OLIVEIRA, Iara Bittante et al. Distúrbios vocais em professores da pré-escola e primeiro grau. In: FERREIRA, Leslie Piccolotto (org). *Voz profissional: o profissional da voz*. Carapicuíba: Pro-Fono, 1998, p.173-181.
121. OLIVEIRA, Natal da Silva. Análise ambiental da função professor. CIPA – *Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes*, v.21, n.252, p.98-103, 2000.
122. OLIVEIRA, Teresa Cristina Moura. *Relações das condições de trabalho, qualidade de vida e percepção da voz em professores do ensino médio da rede municipal de Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.\*
123. OLIVEIRA, Vilma Beatriz Teixeira Crocco. *Stress ocupacional em uma amostra de professores do ensino médio da rede particular de educação*. (Dissertação

de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

124. PANZERI, Ana Júlia Frazão. *Sintomas Osteomusculares e Qualidade de Vida em Professores do Ensino Fundamental*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.\*

125. PENTEADO, Regina Zanella. *Aspectos de qualidade de vida e de subjetividade na promoção de saúde vocal do professor*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.\*

126. PENTEADO, Regina Zanella; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. A voz do professor: relações entre trabalho, saúde e qualidade de vida. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n.25, n. 95/96, p. 109-130, 1999.

127. PEREIRA, Alexandre Vinícius Silva. *Comprometimento organizacional e qualidade de vida, um estudo com professores do ensino médio*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2000. \*

128. PEREIRA, Luciana Picanço. *Voz e stress no cotidiano de professoras disfônicas*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Fonoaudiologia, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.\*

129. PETTER, Virgínia. *Relação entre disfonia referida e potenciais fatores de risco no trabalho, em professores do ensino fundamental*. (Dissertação de Mestrado) Departamento de Medicina Social, Faculdade de Medicina, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.\*

130. PORTO, Lauro Antonio, et al. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 28, n.1, p.33-49, 2004.

131. QUINTAIROS, Sarah. Incidência de nódulos vocais em professores e o seu tratamento. *Revista Cefac Atualização Científica em Fonoaudiologia*, v.2, n.1, p. 16-22, 2000.

132. REIS, Eduardo José Farias Borges dos, et al. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v .21, n.5, p. 1480-1490, 2005.

133. REIS, Eduardo José Farias Borges, et al. Docência e exaustão emocional. *Educação e Sociedade*, vol. 27, n. 94, p. 229-253, jan./abr, 2006.

134. RESSURREIÇÃO, Sueli Barros de. *Coração de professor: o (des) encanto do trabalho sob uma visão sócio-histórica e lúdica*". (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.\*

135. RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos. *O significado do trabalho de magistério para o professor do ensino médio: implicações no desempenho profissional e na qualidade de vida*. (Dissertação de Mestrado) Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.\*

136. ROSSA. Eloísa Gil Oliveira. *Relação entre o stress e o burnout em professores do ensino fundamental e médio*. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2003.\*

137. RUIZ, Roberto C. *Absenteísmo Médico de Professores de Escolas Públicas: estudo de prontuários da perícia médica de Sorocaba/SP*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.\*
138. SANTINI, Joarez. *Síndrome do esgotamento profissional: o “abandono” da carreira docente pelos professores de educação física da rede municipal de Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado) Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. \*
139. SANTOS, Gideon Borges. *A fênix renasce das cinzas: o que os professores e professoras fazem para enfrentar as adversidades do cotidiano escolar*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.\*
140. SANTOS, Neide Sant’Anna. Moura. *Quando os dados oficiais revelam condições de trabalho: análise dos agravos à saúde de professores das escolas públicas do Município de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.\*
141. SANTOS, Silmar Leila dos. *As faltas de Professores e a Organização de Escolas na Rede Municipal de São Paulo*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.\*
142. SILVA, Eloiza da Silva Gomes de Oliveira. *Trabalho de professor / trabalho de Sísifo? A heróica dimensão imaginária da docência*. (Tese de Doutorado) Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
143. SILVA, Graziela Nascimento da; CARLOTTO, Mary Sandra. Síndrome de *burnout*: um estudo com professores da rede pública. *Psicologia Escolar e Educacional*, v.7, n.2, p. 145-158, 2003.
144. SILVANY NETO, ANNIBAL M., et al. Condições de trabalho e saúde de professores da rede particular de ensino de Salvador, Bahia. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 24, n.1/2, p.42-56, 2000.
- SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli; FERREIRA, Edirê S. Saúde das professoras das séries iniciais: o que o gênero tem a ver com isso? *Psicologia Ciência e Profissão*, v.23, n.3, p.76-83, 2003.
145. SOARES, Cybele Doederlein. *Estilo de vida de professores de educação física das escolas da rede pública e particular de ensino no município de Rio do Sul (SC)*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.\*
146. SUZIN, Rosemeire. *A saúde geral dos professores municipais de Caxias do Sul e suas atividades laborais*. (Dissertação de Mestrado Profissional) Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.\*
147. TOLOSA, Dora Eliza R. *Estudo da relação do trabalho e a saúde mental de professores de 1º e 2º graus da cidade de Jundiá-SP*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.\*
148. VASQUEZ-MENEZES, Ione. *A contribuição da psicologia do burnout: um estudo com professores*. (Tese de doutorado) Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
149. VIEIRA, Juçara Dutra. *Identidade expropriada: retrato de educador brasileiro*. 2ª ed., Porto Alegre-RS: CNTE/CPERS, 2004.\*

150. VIEIRA, Júlia Beatriz Alencar Gadelha. *Saúde de professores da rede pública de Fortaleza: ambiente de trabalho em foco*. (Monografia de Especialização) Centro de Ciências Humanas, Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2004.
151. VOLPATO, Daiane Cristina, et al. *Burnout: o desgaste dos professores de Maringá*. Revista Eletrônica *Interação Psi*, v.1, n.1, p.90-101, 2003.
152. WAGNER, Dione Pereira. *Síndrome de burnout: um estudo junto aos educadores (professores e educadores assistentes em escolas de educação infantil)*. (Dissertação de Mestrado Profissionalizante) Faculdade de Engenharia de Produção, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. \*
153. ZACCHI, Marluce. *Professores(as): trabalho, vida e saúde*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.\*
154. ZAGURY, Tânia. *O Professor Refém: para pais e professores entenderem porque fracassa a educação no Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. (301 páginas) ISBN 85-01-07465-9.\*
155. ZENARI, Márcia Simões. *Voz de educadoras de creche: análise dos efeitos de um programa de intervenção fonoaudiológica*. (Dissertação de Mestrado) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2006.\*